



Carta de Conjuntura

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS – UNIPAMPA

NÚMERO II – 2025

APRESENTAÇÃO

Esta Carta de Conjuntura faz parte do projeto de pesquisa Laboratório de Análise de Conjuntura, integrado por docentes e discentes do curso de Ciências Econômicas, do campus Santana do Livramento. A Carta tem como objetivo uma forma de integração dos diferentes membros da comunidade acadêmica na discussão sobre a economia nacional e internacional. Também há a intenção de que possa ser um instrumento de aprendizado discente no tratamento e análise de informações econômicas. É um esforço no sentido da criação de um espaço de geração e troca de conhecimento.

Os dados apresentados possuem diferentes fontes, fato observável nas seções da carta. Por serem de fontes diferentes, as informações apresentadas acabam por apresentar uma periodicidade de publicação distinta. Assim, levando em conta o período sem publicações em 2023, buscou-se, na medida do possível, apresentar análises que utilizem dados para todo o ano. Além disso, as bases de dados utilizadas muitas vezes podem ser analisadas em recortes menores (além da Nacional, por Estado e/ou Cidades). Sempre que houve a disponibilidade, foram trazidas as informações para estes recortes também.

Neste número da Carta de Conjuntura Econômica são apresentadas análises a respeito da conjuntura fiscal, monetária e cambial, de inflação, do setor externo, do mercado de trabalho e do desempenho da economia no terceiro trimestre de 2025. Entretanto, esta edição é enriquecida com artigos que tratam da temática rural, muito importante para a nossa cidade e região. Assim, traz um estudo que propõe um diálogo entre Brasil e Espanha acerca de dados e políticas para a agricultura familiar, com autoria da Professora Alessandra Troian e seus supervisores de estágio de pós-doutorado, os professores Javier Vidal Olivares e José Daniel Gómez López. Traz um artigo que trata dos acessos e entraves da linha Agroecologia do PRONAF em Santana do Livramento, também da Professora Alessandra Troian e de Gabriel Araújo Pinheiro. Finaliza com um panorama das lavouras permanentes no município entre 1990 e 2024, da Professora Debora Nayar Hoff e do discente Luis Enrique Gainette Prates.

Colaboraram nesta edição: Alessandra Troian, Javier Vidal Olivares, José Daniel Gómez López, Gabriel Araújo Pinheiro, Debora Nayar Hoff, Luis Enrique Gainette Prates, André da Silva Redivo, Felipe Gomes Madruga, Lucélia Ivonete Juliani, Carlos Hernan Rodas Cespedes e Igor de Menezes Larruscaim.

O grupo de professores envolvidos na realização deste trabalho aproveita o espaço desta apresentação para convidar a todos os interessados a participar do projeto.

SUMÁRIO

AGRICULTURA FAMILIAR: DADOS, NORMATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, UM DIÁLOGO ENTRE
BRASIL E ESPANHA 2

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ACESSOS E ENTRAVES
DA LINHA AGROECOLOGIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS 8

PANORAMA DAS LAVOURAS PERMANENTES DE SANT’ANA DO LIVRAMENTO, RS: 1990 a 2024 15

FISCAL, MONETÁRIO E CAMBIAL 37

INFLAÇÃO BRASILEIRA: Entre o Arrefecimento e as Pressões Persistentes 45

SETOR EXTERNO 59

DESEMPENHO DA ECONOMIA NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025 63

MERCADO DE TRABALHO..... 66

AGRICULTURA FAMILIAR: DADOS, NORMATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, UM DIÁLOGO ENTRE BRASIL E ESPANHA

Alessandra Troian¹

Javier Vidal Olivares²

José Daniel Gómez López³

A agricultura familiar é fundamental na produção agrícola global e na promoção da segurança alimentar. Segundo Wanderley (2015), a agricultura familiar é um conjunto familiar que desempenha o trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que são proprietários dos meios de produção, apresentando, diversas e heterogêneas formas sociais de organização socioprodutiva. Os agricultores familiares se constituem como unidades formadas por grupos domésticos, os quais exercem suas atividades sob regime de economia familiar, unidos por laços de sangue e parentesco (Schneider, 2009).

O modelo de produção da agricultura familiar é considerado essencial mundialmente. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2014, declarou o Ano Internacional da Agricultura Familiar, o reconhecimento também se deu pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da declaração do Decênio das Nações Unidas para a Agricultura Familiar entre os anos de 2019 e 2028. A declaração é um marco no objetivo da promoção de políticas públicas, uma oportunidade para contribuir para a mitigação da fome e da pobreza rural, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No entanto, apesar da sua relevância e do reconhecimento de organismos internacionais, a agricultura familiar enfrenta inúmeros desafios. Entre eles destacam-se o acesso a recursos financeiros, aos mercados, a falta de assistência técnica e, principalmente, a expansão da agricultura intensiva e das grandes propriedades orientadas exclusivamente para a produção para a exportação. Além disso, a vulnerabilidade às mudanças climáticas representa um risco significativo, exigindo adaptações contínuas e inovação para manter a produtividade e a segurança alimentar.

¹ Professora da Universidade Federal do Pampa. E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br.

² Professor Catedrático de Historia e Instituciones Económicas na Universidade de Alicante. E-mail: JVidal@ua.es.

³ Professor Titular da Universidade de Alicante, líder do grupo de pesquisas Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europea y Latinoamérica. E-mail: jd.gomez@ua.es.

Para tanto, considerando a relevância e os desafios da agricultura familiar, visa-se apresentar alguns dados do Censo Agropecuário Brasileiro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 e do Censo Agrário, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da Espanha, em 2020. Para não incorrer em análises superficiais, será realizada uma descrição dos resultados dos censos. Se reconhece as diferenças metodológicas na coleta e análise dos dados, porém considera-se pertinente atentar para o que aproxima nas agriculturas dos diferentes continentes.

No Brasil, segundo a Lei nº 11.326/2006, agricultor familiar⁴ é todo o ator social que ocupe área rural de até quatro módulos fiscais⁵, onde parte da renda familiar seja oriunda de atividades exercidas no estabelecimento e a gestão e a mão de obra utilizada seja predominantemente familiar (Brasil, 2006). A lei estabelece as bases para a implementação de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁶, criado em 1996.

A agricultura familiar brasileira produz alimentos que abastecem o mercado interno, apesar do cenário desfavorável, com reduzidas áreas para cultivo, com limitado apoio de políticas públicas e incentivo para a produção (Maciel; Troian, 2025). Dados indicam que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar, mesmo utilizando apenas 23% da área total ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários do país. Em 2017, a participação da categoria social resultou em 107 bilhões de reais ao Brasil (IBGE, 2019).

Dos 5 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, segundo o censo de 2017, 3,9 milhões se enquadram na classificação de agricultura familiar, o que corresponde ao percentual de 77%. Quanto ao pessoal ocupado, 67% dos produtores brasileiros são agricultores familiares (10,1 milhões de pessoas), nos quais se concentram, em sua maioria, na região nordeste (IBGE, 2019).

Assim como no Brasil, as explorações familiares são a base do meio rural espanhol. Ao longo de séculos as explorações familiares desenvolveram os povos e as economias rurais. O setor agrário e o mundo rural, de forma geral, refletem a identidade e a realidade econômica, social e cultural da Espanha, onde a metade da sua área se destina às atividades agrícolas e pecuárias. A agricultura na Espanha é estratégica, a política mais importante, a que recebe o maior volume de

⁴ A categoria é composta por assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, extrativistas.

⁵ O módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares, criada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para cada município brasileiro, considerando o tipo de exploração predominante, a renda obtida e outras explorações existentes.

⁶ O Pronaf foi a primeira política pública de crédito específica para a agricultura familiar, o programa marca o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil.

recursos financeiros do orçamento comunitário é agrícola, a Política Agrícola Comum (PAC)⁷ (Aragón, 2020).

A Política Agrícola Comum foi implementada no final dos anos 1950, pelos países fundadores da Comunidade Econômica Europeia (Fernandes, 2023). A PAC foi criada visando suprir a dificuldade dos países, no pós-guerra, se reconstruírem, uma vez que a população não tinha acesso a alimentos. A política visava melhorias na produção nacional, promovendo o uso mais eficiente dos fatores de produção, aumento no rendimento individual, estabilizar mercados, garantir o abastecimento interno e assegurar aos consumidores acesso aos produtos a preços alcançáveis (Silva; Santos, 2022; Fernandes, 2023).

O Estado espanhol, após o fim da ditadura militar, aprovou uma norma com caráter básico, a Lei 19/1995 de Modernização das Explorações Agrárias. O objetivo central da lei consistia na correção dos desequilíbrios e as deficiências estruturais que condicionam a competitividade das explorações agrárias, de modo que a agricultura pudesse enfrentar a crescente liberalização dos mercados, ao mesmo tempo em que se assegure os equilíbrios ecológicos e se criem possibilidades para a obtenção de rendas complementares aos agricultores (Espanha, 1995).

A metade da superfície da Espanha é destinada a atividades agrícolas ou pecuárias. Além disso, o setor agroalimentar é um dos mais dinâmicos da economia espanhola em termos de emprego, volume de negócios e exportações. O setor agroalimentar representa atualmente cerca de 10% do PIB espanhol. O país se destaca como principal produtor a nível mundial na produção de azeite de oliva, azeitonas, vinho, porco, frutas e hortaliças (Aragon, 2020; Arroyo, 2025).

Segundo dados do censo agrário de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2020 havia na Espanha um total de 914.871 explorações agrícolas, 16,6% menos do que em 2009, ocupando uma superfície agrícola útil de 23,9 milhões de hectares. Dessas, apenas 6,48%, cerca de 60.000, têm personalidade jurídica, de 2009, houve um aumento de 6,8%, enquanto o número total de explorações foi reduzido em 7,6%. No segmento de explorações com mais de 100 hectares, que são 55.703, 23,8% têm personalidade jurídica. Quanto ao tamanho médio das explorações o número é de 26,37 hectares, 7,4% maior do que no censo de 2009. A população ativa no setor agrário é de 939.977 pessoas, o que representa 4,1% da população ativa (INE, 2020 Agroinfo, 2024. Arroyo, 2025). A tabela 01, a seguir, apresenta uma síntese do número de empreendimentos e área ocupada, no Brasil e na Espanha.

⁷ A ajuda financeira via PAC ocorre desde a incorporação da Espanha na então Comunidade Econômica Europeia, em 1986.

Tabela 01 - Estabelecimentos agropecuários no Brasil e na Espanha

Pais	Censo	Estabelecimentos	Area/ha	
Brasil	Agropecuário (2017)	Agricultura familiar	89.000.000	351.000.000
		Patronal	262.000.000	
Espanha	Agrário (2020)	Pessoa física	21.170.476	28.931.479
		Pessoa jurídica	7.761.003	

Fonte: Elaboração própria, com base nos Censos do Brasil (2017) e Espanha (2020).

Na Espanha, um dado que evidencia a dualidade do setor é que apenas aproximadamente 11% das explorações agrícolas, cerca de 100.000, são responsáveis por 70% da produção. Destas, em duas terças partes, os titulares são pessoas físicas, e no terço restante, pessoas jurídicas (Arroyo, 2025). As alterações no cenário rural das últimas décadas fizeram com que o número de agricultores e pecuaristas e o de trabalhadores assalariados do campo reduzissem e as explorações foram aumentando de tamanho.

Quanto à mudança geracional, apenas em 127.363 explorações, 14% do total, o chefe da exploração tem menos de 45 anos, uma redução de 23% em relação a 2009, quando representavam 18% do número total de explorações. Os maiores de 65 anos à frente das explorações são, no censo de 2020, 378.055, o que representa 41% de todas as explorações e 16% a mais do que no censo de 2009 (INE, 2020; Agroinfo, 2024).

A análise do perfil sociodemográfico da população ativa no setor agrário espanhol revela a disparidade de gênero, caracterizada pelo predomínio masculino. A população ativa agrária é composta por homens, 73,7%, pouco mais de um quarto dessa população são mulheres, 26,3%⁸ (INE, 2020). No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário, a participação das mulheres na gestão de empreendimentos rurais é baixa. Em 2017, 19% dos empreendimentos rurais eram dirigidos por mulheres, 5% a mais que no censo de 2006 (IBGE, 2019).

Nesse sentido, para Arroyo (2025), na Espanha, há a necessidade de se revisar a lei da Agricultura familiar. A análise e caracterização do setor, sobretudo considerando o censo de 2009 e de 2020, evidencia a necessidade de elaborar uma lei de agricultura e pecuária familiar, que inclua a transição geracional e fortaleça a presença de mulheres.

A inclusão de políticas públicas que apoiem a agricultura familiar é essencial para a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Apesar de se considerar a relevância que tanto a PAC, quanto o Pronaf, têm enquanto política pública para o meio rural, em especial para a agricultura

⁸ Os dados apresentados pelo INE em 2020, com relação a participação feminina na Espanha, veem sendo questionados nas discussões contemporâneas, em especial pela sociologia rural, a qual compreende que há invisibilidade na forma de coleta e análise das estatísticas pelo instituto. Crítica similar foi realizada por José Eli da Veiga na obra *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, publicado em 2002.

familiar, na Espanha e no Brasil, respectivamente, se faz necessário e urgente que as políticas passem por avaliações e atualizações de forma que as mulheres, os jovens e a questão ambiental sejam efetivamente incluídas. A Política Agrícola Comum, em especial as alterações de 2021, tende a ser um novo referencial global, com foco na inclusão social e mudanças climáticas, uma realidade que afeta a agricultura e as políticas também no Brasil (Silva; Santos, 2022).

Por fim, embora seja necessário um estudo mais aprofundado para tecer considerações acerca da agricultura familiar no Brasil e na Espanha, em especial em análise comparada, se reconhece as diferenças entre as nações, em termos de cultura, área, tipo de atividade econômica, dinâmica produtiva e principiante incentivo estatal - pagamentos diretos via PAC na Espanha. No entanto, ainda assim, afirma-se que Brasil e Espanha, em termos de agricultura familiar e exploração agrícola, enfrentam desafios similares, contemporaneamente. Nas similaridades, em termos de desafios a serem enfrentados, ganha destaque o modelo dual de agricultura; o acesso à terra e a água; ações que garantam a participação feminina na gestão e tomada de decisão; a permanência de jovens no campo; a ações que realmente protejam o ambiente, estimulem a biodiversidade garantindo emprego e renda.

REFERENCIAS

AGRINFO. **Censo agrarios 2020 Y 2009**: análisis comparativo con umbrales de superficie mínima constantes. 2024. Disponível em: www.mapa.gob.es/dam/mapa/contenido/ministerio/servicios/servicios-de-informacion/analisis-y-prospectiva/ayp-serie-agrinfo/aypumbralesca2020.pdf. Acesso em 10 de set. de 2025.

ARAGÓN, R. F. “**El sector agrario y el mundo rural, en sentido amplio, constituyen verdaderas señas de identidad indelebles de la realidad económica, social y cultural de España**”. Entrevista, Revista Indice, abril de 2020, p.1-5. Disponível em: <https://revistaindice.com/docs/indice/77>. Acesso 09 de set. de 2025.

ARROYO, F. M. **La agricultura y ganadería familiares**: nuestro modelo. Fundación de Estudios Rurales, Anuario 2025. Disponível em: <https://www.upa.es/Anuario2025/11>. Acesso 01 de set de 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Brasília, DF, jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 12 set. 2025.

Comisión Europea. **Política Agrícola Común**. 2021. Disponível em: <http://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy-e>. Acesso em 15 de set. 2025.

ESPAÑA. **Ley 19/1995, de 4 de julio, de Modernización de las Explotaciones Agrarias**. Madrid, jul. 1995. Disponível em: BOE-A-1995-16257 Ley 19/1995, de 4 de julio, de Modernización de las Explotaciones Agrarias. Acesso em : 23 de set. De 2025.

FERNANDES, M. M. S. M. G. **Análise do nível de ajudas da PAC por sistema de produção agrícola**. 2023. Dissertação (Mestrado em Engenharia Rural), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 mar. 2023.

INE. Instituto Nacional de Estadística. **Censo Agrario 2020**. Disponível em: <https://www.ine.es/censoagrario2020/presentacion/index.htm>. Acesso em 15 de set. 2025.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A. Comer ou enriquecer? Os desafios da produção agroecológica em meio a expansão da soja em Santana do Livramento, RS. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 23, n. 62, p.1-29, 2025.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2ªEd. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, R. P.; SANTOS, G. R. dos. Agricultura na União Europeia: paradigmas, diversidades e o papel da política agrícola. 2022. In: SANTOS, G. R. dos; SILVA, R. P. (org.). **Agricultura e Diversidades**: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro : IPEA, 2022. 426 p.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ACESSOS E ENTRAVES DA LINHA AGROECOLOGIA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS⁹

Gabriel Araújo Pinheiro

Alessandra Troian

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1996, é a principal política pública de crédito rural para os agricultores familiares no Brasil (Mattei; Fossá, 2017; Schneider, et al., 2021). A política marca o reconhecimento da agricultura familiar, que está presente em praticamente todos os municípios brasileiros (Castro; Pereira, 2017; Pinheiro, 2025).

O Pronaf passou por uma série de ajustes e alterações, em 2003, com o Plano Safra, o Governo criou as linhas verdes (Oliveira, 2014). As linhas “Verdes” foram concebidas visando oferecer crédito diferenciado aos agricultores familiares que produzem de forma sustentável. As linhas específicas de crédito foram criadas devido ao Pronaf não conseguir atender¹⁰ as demandas do desenvolvimento agropecuário brasileiro (Sambuichi et al., 2020).

A linha Agroecologia é uma das possibilidades do Pronaf Verde. A linha conta com o apoio financeiro aos produtores agroecológicos, desempenhando um relevante papel na sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola familiar (Schneider, A. et al., 2020). Entretanto, na prática, o acesso ainda enfrenta uma série de dificuldades (Aquino; Gazolla; Schneider, 2017).

O crédito é estratégico no fortalecimento da agroecologia, ao incentivar sistemas produtivos heterogêneos ele contribui para o enfrentamento da monocultura da soja, cuja expansão, além de excludente, tem provocado degradação no Bioma Pampa (Figueiró, 2017; Pinheiro; Troian, 2025). Nesse sentido, a presente discussão visa discorrer acerca dos acessos do

⁹ O texto contém resultados parciais da pesquisa de mestrado do primeiro autor. A dissertação está disponível em: <[A agricultura familiar frente às políticas de crédito rural: o papel do PRONAF na produção orgânica e agroecológica em Santana do Livramento/RS](#)>.

¹⁰ A falha do programa se dá por três aspectos: i) ter mantido a concentração de recursos e contratos entre os agricultores com maior poderio financeiro; ii) concentração nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; iii) redução da diversidade produtiva na agricultura e a autonomia dos agricultores, a partir da promoção dos processos de especialização produtiva, esses aspectos foram responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade social de algumas famílias do meio rural (Grisa et al., 2014; Sambuichi et al., 2020).

Pronaf total e Pronaf Agroecologia de 2013 a 2023¹¹ e, especificamente, apresentar os desafios no acesso ao crédito para a produção sustentável - orgânica e agroecológica - em Santana do Livramento/RS.

O município de Santana do Livramento possui 2.962 estabelecimentos agropecuários, ocupando 673.164 hectares. Do total de estabelecimentos, 1.746 são pertencentes à agricultura familiar, correspondente a 56.494 hectares do total (IBGE, 2019). A agricultura familiar agroecológica local enfrenta o avanço da monocultura da soja, que tem promovido a conversão de ecossistemas naturais em áreas de cultivo intensivo, com efeitos adversos sobre a biodiversidade e os modos de vida (Silva; Viana, 2020; Maia; Troian; Maciel, 2024; Maciel; Troian, 2025).

AGRICULTURA FAMILIAR, CRÉDITO RURAL E SUSTENTABILIDADE

A agricultura familiar constitui um dos pilares do desenvolvimento rural brasileiro, sendo o Pronaf o principal instrumento de crédito voltado ao seu fortalecimento (Mattei; Fossá, 2017; Schneider et al., 2021). A análise da evolução dos recursos contratados pelo programa permite compreender como o crédito rural tem influenciado as dinâmicas produtivas e a sustentabilidade em territórios como Santana do Livramento/RS, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Montante do Pronaf em nível nacional, estadual e municipal (2013-2023)

Montante (R\$)			
Ano	Brasil	Rio Grande Do Sul	Santana Do Livramento
2013	34.105.854.575	7.823.679.342	17.498.771
2014	39.407.965.465	8.688.441.445	39.664.044
2015	30.990.104.058	7.074.173.761	22.704.433
2016	22.219.903.369	5.735.901.684	12.283.538
2017	29.656.482.893	6.995.890.382	15.358.227
2018	30.650.167.587	7.353.867.525	18.554.705
2019	31.134.089.064	7.689.379.520	25.590.794
2020	34.446.873.723	8.494.590.209	16.483.596
2021	41.213.745.262	10.535.571.120	20.943.085
2022	47.893.474.168	13.381.306.464	29.541.540
2023	54.586.623.710	14.342.595.944	35.472.519
Total	396.305.283.876	98.115.397.397	254.095.253
Evol.(%)	60,1	83,3	102,7

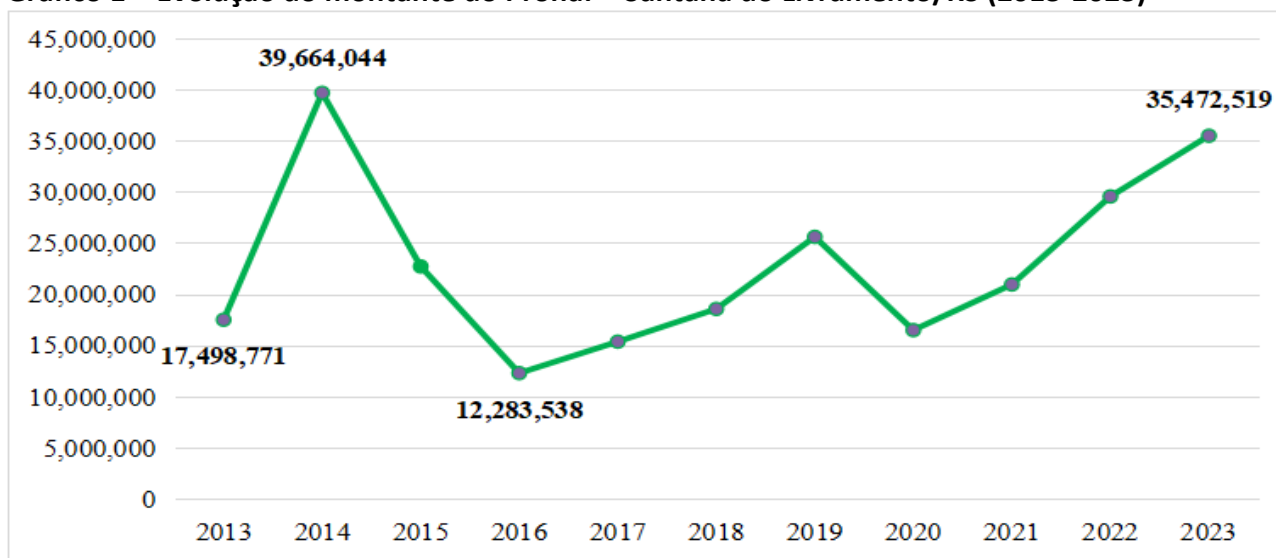
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

No estado do Rio Grande do Sul o aumento dos valores acessados pelo Pronaf foi proporcionalmente mais expressivo do que o verificado em âmbito nacional. Os dados evidenciam a elevação do volume de recursos, apesar de haver ligeira redução no número de contratos

¹¹ Os dados foram coletados na Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil. Os dados sobre o Pronaf geral foram analisados de 2013 a 2023 e, pela disponibilidade de dados da Linha Agroecologia de 2015 a 2023. Ainda, destaca-se que os dados foram deflacionados, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do ano de 2025.

(Pinheiro, 2025), fato que reflete no processo de concentração do crédito em um número reduzido de produtores, fenômeno que pode estar associado à um perfil de agricultura familiar de predominância a atividades agropecuárias de maior escala e ao aumento dos custos de produção (Toledo; Zonin, 2021; Fernandes; Michellon, 2024). O desempenho do Pronaf em Santana do Livramento segue a tendência nacional, conforme pode ser visualizado no gráfico 01, a seguir.

Gráfico 1 – Evolução do montante do Pronaf – Santana do Livramento/RS (2013-2023)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

A maior variação positiva no município, seguindo a tendência nacional e estadual, ocorreu entre 2020 e 2023, período em que o crescimento alcançou 115,2%. Em 2013, o volume contratado foi de R\$ 17.498.771,00, mais do que dobrando no ano seguinte, quando atingiu R\$ 39.664.044,00 — o maior valor registrado até então. Em 2015, observa-se uma retração para R\$ 22.704.433,00, seguida de nova queda em 2016, com um total de R\$ 12.283.538,00.

A partir de 2017, inicia-se uma recuperação gradativa, com R\$ 15.358.227,00, seguido de R\$ 18.554.705,00 em 2018 e R\$ 25.590.794,00 em 2019. Em 2020, houve nova redução, com o volume contratado caindo para R\$ 16.483.596,00. No entanto, a partir de 2021, observa-se uma retomada consistente da trajetória de crescimento, com R\$ 20.943.085,00 em 2021, R\$ 29.541.540,00 em 2022 e R\$ 35.472.519,00 em 2023, configurando o maior montante da série histórica municipal analisada.

O aumento expressivo dos recursos acessados coincide com a intensificação do cultivo da soja, que progressivamente tem se consolidado como a principal atividade financiada pelo Pronaf em diversas regiões do estado. Os recursos do programa têm sido direcionados, de forma crescente, para o financiamento do monocultivo da soja, promovendo transformações

significativas no meio rural, como a ampliação das áreas cultivadas, o aumento da utilização de insumos (Iazdi; Gomez; Paixão, 2024).

A expansão da agricultura moderna, marcada pela expressiva presença do cultivo da soja, cuja área financiada apresentou um aumento aproximado de 575% em Santana do Livramento entre 2013 e 2023 (Brasil, 2024), vem promovendo transformações materiais no Pampa Gaúcho, tanto na configuração da paisagem quanto nas práticas produtivas (Maia; Troian; Maciel, 2024). O processo de modernização agrícola, impulsionado pela disponibilidade de crédito rural e pelos avanços tecnológicos, têm contribuído para o aumento da concentração fundiária e para a marginalização de agricultores familiares (Alves; Rocha, 2021; Pessetti, 2021).

Nesse sentido, uma alternativa seria o acesso à linha Agroecologia do Pronaf. No entanto, os dados evidenciam a inexistência de registros de acesso à linha Pronaf Agroecologia em Santana do Livramento. A Tabela 2 apresenta a distribuição do número de contratos firmados no Brasil, na Região Sul e no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2015 e 2023.

Tabela 2 – Contratos do Pronaf Agroecologia em nível nacional, regional e estadual (2015-2023)

Ano	Brasil	Região Sul	Rio Grande do Sul	Santana do Livramento
2015	53	29	19	-
2016	167	66	43	-
2017	224	70	42	-
2018	279	76	42	-
2019	190	64	38	-
2020	113	71	39	-
2021	66	43	23	-
2022	51	23	14	-
2023	167	39	19	-
Total	1310	481	279	-
Evol (%)	215,1	34,5	0	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Matriz de Crédito do Banco Central do Brasil (2024).

Ao longo do período foram contratadas apenas 1.310 operações do Pronaf Agroecologia no Brasil, sendo 481 na Região Sul e 279 no estado do Rio Grande do Sul. Os valores revelam o caráter irrisório da linha quando comparados ao total de contratos do Pronaf convencional. O Pronaf total registrou aproximadamente 16,8 milhões de contratos em todo o país, sendo mais de 2,4 milhões no Rio Grande do Sul e 5.283 em Santana do Livramento, valor aproximadamente cinco vezes maior que o total nacional da linha específica. Os contratos da linha agroecológica representaram menos de 0,01% do total nacional de contratos do Pronaf, evidenciando a sua baixa expressividade dentro da política de crédito rural vigente (Pinheiro, 2025).

A variação percentual no número de contratos entre 2015 e 2023 denota que o crescimento nacional foi de 215,1%, indicando relevante expansão no acumulado da série. No

entanto, o aumento foi modesto na Região Sul, com elevação de 34,5%, e inexistente no Rio Grande do Sul, onde o número de contratos permaneceu o mesmo ao longo do período (Brasil, 2024). A discrepância entre o crescimento nacional e a estagnação estadual contribui para reforçar o argumento de que o acesso ao Pronaf Agroecologia permanece limitado a determinados perfis produtivos e institucionalmente favorecidos (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021).

A proporção ínfima de contratos revela o lugar estruturalmente marginal que o Pronaf Agroecologia, assim como as demais linhas “verdes”, ocupa dentro da política de crédito rural brasileira (Aquino; Gazolla; Schneider, 2021; Fossá et al., 2023; Madruga et al., 2025). Embora o estado seja historicamente reconhecido pela articulação no acesso ao Pronaf, tal discrepância indica que, apesar do discurso de incentivo à transição agroecológica, o acesso ao crédito permanece direcionado a atividades convencionais, sem capacidade de realizar mudanças estruturais no modelo de produção (Schneider; Cazella; Mattei, 2021; França; Marques; Grisa, 2023).

A linha Agroecologia do Pronaf não faz parte da realidade de municípios como Santana do Livramento. Onde, mesmo com o predomínio de grandes propriedades voltadas à pecuária extensiva e ao cultivo de *commodities* como soja e arroz, a produção agroecológica se faz presente por meio de experiências desenvolvidas por agricultores familiares comprometidos com a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e a valorização dos saberes locais (Maciel; Troian; Viana, 2024).

O município conta com uma rede de consumidores de alimentos orgânicos, feiras ativas e agricultores sensibilizados com as questões ambientais. Estes atores sociais tendem a buscar alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e químicos, seja por preocupações com a saúde ou por motivos relacionados às mudanças climáticas (Terra; Da Costa, 2017; Alves et al., 2018). No entanto, apesar da presença da agroecologia no território, o crédito específico destinado à sua promoção — o Pronaf Agroecologia — permanece ausente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronaf consolidou-se como a principal política de crédito rural voltada à agricultura familiar no Brasil, apresentando crescimento expressivo nos montantes financiados entre 2013 e 2023, tanto no país quanto no Rio Grande do Sul e em Santana do Livramento. Contudo, os dados revelam que a expansão reproduz a lógica concentradora do crédito, direcionando recursos às atividades de maior escala, como a soja e a pecuária bovina. Em contrapartida, a linha Pronaf Agroecologia permanece ausente do território, sem registros de acesso ao longo da última década.

Essa lacuna reflete a falta de capilaridade institucional, o desconhecimento técnico sobre a linha e a fragilidade das estratégias de fomento à transição agroecológica.

Em Santana do Livramento, no período compreendido entre 2015 e 2023 não houveram registros de acessos da linha Agroecologia do Pronaf. Há falta de informações sobre a linha específica entre os agricultores e até mesmo entre os agentes de desenvolvimento, como extensionistas e bancários. Embora o Pronaf Agroecologia represente um relevante avanço normativo ao reconhecer a importância dos sistemas sustentáveis, ele, após uma década de existência, enfrenta obstáculos para a consolidação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. et al. Percepção ambiental e agricultura familiar: O caso da cooperativa “Agroecologia, Terra, Pampa e Fronteira”. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 8, n. 3, 2018.
- ALVES, P. F.; ROCHA, E. G. A importância socioambiental das redes de agroecologia: Um estudo sobre a Rede Asa-Brasil. In: SOUZA FILHO, C. F. M. (Org.) *et al.* **Agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar**. Curitiba: Cepedis, 2021.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. In: SAMBUICHI, R. H. R. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. p. 197-228.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 163-189, jan./abr. 2021.
- BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2024. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>
- CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.
- FERNANDES, P. G. A.; MICHELLON, E. Análise comparativa entre o Pronaf e o Pronaf Agroecologia de 2015 a 2021. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 33, p. e01945, 2024.
- FIGUEIRÓ, A. S. **Transformações na paisagem do Pampa**: a territorialização do capital e a monopolização do território. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETO, L. M. (Org.) s. Olhares sobre o Pampa: um território em disputa. Porto Alegre: Editora Evangraf, p.140-168, 2017.
- FOSSÁ, J. L. et al. (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 20, n. 2, p. 189-203, abr./jun. 2023.
- FRANÇA, C. G.; MARQUES, V. P. M. A.; GRISA, C. O Pronaf em questão: contribuições para novas pesquisas. **Raízes**, Campina Grande/PB, v. 43, n. 2, p. 311–328, 2023.
- IAZDI, O.; GOMEZ, R. E.; PAIXÃO, M. A. S. Distribuição do crédito e o Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (Pronaf) no período de 2013 a 2024. **Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania**, Ponta Porã, PR, v. 8, n. 1, p. 113–134, 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**, 2019. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>
- MAIA, J. F.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A. A imaterialidade do material: o Pampa Gaúcho na prática e no imaginário dos agricultores e pecuaristas familiares agroecológicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v.20, n.1, 2024.

- MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A. Comer ou “enriquecer”? Os desafios da produção agroecológica em meio à expansão da soja em Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 23, n. 62, 2025.
- MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; VIANA, J. G. A. As práticas inovadoras da agricultura familiar agroecológica: o contramovimento em Santana do Livramento, RS. **Interações**, Campo Grande, v. 25, n. 2, p. e2523911, 2024.
- MADRUGA et al. Crédito rural e desenvolvimento regional: as Linhas Verdes do Pronaf no Rio Grande do Sul. **REDES**, Santa Cruz Do Sul, RS, 2026.
- MATTEI, L. F.; FOSSÁ, J. L. A evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 26, n. 43, p. 65-82, 2017.
- OLIVEIRA, M. A. C. D. Política de crédito rural para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável. **Hegemonia**, Brasília, n. 13, p. 29, 2014.
- PINHEIRO, G. A. **A agricultura familiar frente às políticas de crédito rural**: o papel do Pronaf na produção orgânica e agroecológica em Santana do Livramento/RS, 2025. Dissertação, (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2025.
- PESSETTI, M. Modernização da agricultura e seus desdobramentos no espaço agrário. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, SP, v. 5, p. 1–26, 2021.
- PINHEIRO, G. A.; TROIAN, A. Entraves e desafios do Pronaf Agroecologia em Santana do Livramento/RS, Brasil: percepção de agricultores familiares e agentes de desenvolvimento. In:... Congresso Internacional APDEA, Lisboa, de 22 a 24 de outubro de 2025.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. A contribuição do Planapo para o fortalecimento das linhas verdes do Pronaf. **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, SE, v. 15, n. 2, 2020.
- SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.
- SCHNEIDER, A. L. et al. Análise Da Funcionalidade Do Pronaf Agroecologia Em Uma Propriedade Na Região Noroeste Do Rio Grande Do Sul. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 10, n. 1, p. 164–174, 2020.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.
- SILVA, C. S.; VIANA, J. G. A. Instituições na pecuária de corte e sua influência sobre o avanço da sojicultura na Campanha Gaúcha-Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n.p., 2020.
- TERRA, S. B.; DA COSTA, J. E. L. Nível de informação e consumo da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, PB, v. 12, n. 2, p. 311-318, 2017.
- TOLEDO, E. N.; ZONIN, V. J. O Pronaf: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 141-162, 2021.

PANORAMA DAS LAVOURAS PERMANENTES DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, RS: 1990 A 2024

Debora Nayar Hoff¹²

Luis Enrique Gainette Prates¹³

INTRODUÇÃO

A busca por dinâmicas econômicas alternativas para o desenvolvimento de Sant'Ana do Livramento decorre, em grande medida, do declínio da atividade industrial que foi responsável por parte relevante do crescimento econômico do município ao longo do século XX. Historicamente, estabeleceu-se como uma economia com forte base agropastoril - especialmente nas criações de gado bovino e ovino - o que impulsionou a formação econômica local e possibilitou o surgimento de indústrias ligadas ao abate de gado e à produção de lã, que se destacaram no município durante boa parte de sua história econômica. Quando essas atividades industriais perderam força, particularmente a partir das décadas de 1970 a 1990, houve impacto negativo sobre o emprego e o dinamismo econômico local, o que vem estimulando a busca por novas bases de desenvolvimento econômico, incluindo serviços, comércio e outras atividades não industriais (Heidt, 2016; Alves, 218).

Neste contexto, no final do século XX e início do século XXI, iniciativas públicas e dinâmicas sociais contribuíram para mudanças no panorama produtivo de Sant'Ana do Livramento, tanto no meio urbano quanto no rural. Parte significativa dessas mudanças resultou da reforma agrária, com a implementação de mais de 30 Projetos de Assentamento e a fixação de cerca de 900 famílias no meio rural, o que alterou a estrutura fundiária e expandiu a participação da agricultura familiar na economia local, incluindo a produção de leite e hortifrutigranjeiros. Além disso, políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e instrumentos como o PRONAF têm sido presentes e influenciaram a organização produtiva local, embora com desafios de acesso e eficiência em determinados segmentos. Essas transformações vêm colaborando para a emergência de novas atividades produtivas no município, muitas delas ligadas ao desenvolvimento de mercados locais, diversificação de produtos agrícolas, incluindo sua industrialização e

¹² Doutora em Agronegócios. Professora do Magistério Superior, Unipampa - Campus Santana do Livramento Livramento.

¹³ Graduado em Ciências Biológicas, Universidade da Região da Campanha. Graduando em Ciências Econômicas, Unipampa – Campus Santana do Livramento.

organização familiar rural (Aguiar; Medeiros, 2010; Ferron; Troian; Breitenbach, 2021; Pinheiro, 2025).

Outro movimento relevante para as mudanças no panorama produtivo local advém da identificação de aptidão edafoclimática para alguns tipos de lavouras permanentes. O plantio de uvas para vinicultura, iniciado pela Vinícola Almadén, nos anos 1970 é relevante neste contexto. Não só esta vinícola cresceu ao longo do tempo, como também atraiu novos negócios do setor para a região. Atualmente o município conta com vinícolas de grande porte como a própria Almadén (pertencente ao grupo Miolo), a Salton, a Nova Aliança Vinícola Cooperativa, mas também com vários pequenos produtores que vem se especializando em vinhos finos. Nesta atividade, a conquista de uma indicação geográfica, a IP (Indicação Procedência) Campanha Gaúcha, evidencia que o setor emerge acompanhando padrões de concorrência típicos da produção de vinhos finos (Almadén, 2025; Brasil, 2025; Embrapa, 2025).

Considerando a identificação da aptidão edafoclimática para alguns tipos de lavouras permanentes, outras atividades produtivas começam a fazer parte da economia local, como a fruticultura (em especial de cítricos), a produção de oliveiras e a produção de nozes pecã. Enquanto a primeira emerge a partir de políticas públicas estaduais, as outras são fruto de esforços da iniciativa privada. Os históricos destas atividades serão apresentados brevemente ao longo deste texto e é sobre elas que se quer focar a análise aqui proposta.

O objetivo geral do estudo é apresentar um panorama recente das lavouras permanentes de Sant'Ana do Livramento, entre 1990 e 2024. Para tanto, foram selecionados todos os produtos deste tipo de lavoura que tiveram área destinada à colheita no ano de 2024, ou seja: azeitona, laranja, noz (fruto seco), pera, pêssego, tangerina e uva. Para estes produtos serão apresentados breves históricos da inserção da produção no município (seção 2) e um panorama produtivo, a partir da análise das variáveis: área destinada à colheita, produção e rendimento (seção 3). Para construção do histórico foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental e para o panorama produtivo foi feita uma pesquisa bibliográfica, de dados secundários, disponíveis na Pesquisa Produção Agrícola Municipal do IBGE, analisados por estatística descritiva. Além das seções já mencionadas, serão traçadas algumas considerações finais no estudo e apresentada a lista de referências utilizadas.

HISTÓRIA DAS LAVOURAS PERMANENTES DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Os históricos aqui apresentados buscam contextualizar os dados apresentados na seção 3. Como vários dos cultivos que estão sendo observados neste estudo são recentes na economia

municipal, conhecer o percurso de inserção ajuda a entender a variação dos dados analisados. Serão apresentados históricos da fruticultura, da olivicultura, da pecanicultura e da vitivinicultura

Fruticultura

No conjunto da fruticultura do Rio Grande do Sul, as espécies cítricas têm posição de destaque, especialmente a laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck) e a tangerina (*Citrus reticulata* Blanco). Historicamente, seus cultivos se desenvolveram no vale dos rios Caí e Taquari, entretanto, estão se expandindo para outras partes do Estado (EMATER/RS-ASCAR, 2020). Visando esta expansão, o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS, iniciado em 1997, teve como objetivo incentivar novos projetos de desenvolvimento, via inserção da cadeia frutícola na Metade Sul do RS. A escolha da fruticultura, na época, relacionava-se com a potencialidade de produção destes cultivos na região, devido a características de solo e clima (CDFIMS, 1997).

Observando-se produtos que estão presentes em Sant’Ana do Livramento, pode-se dizer que o pêssego (*Prunus persica* (L.) Batsch) é uma importante cultura no Rio Grande do Sul, onde são produzidas variedades de “pêssego de mesa” e “pêssego para a indústria”. O de mesa tem produção superior à do pêssego industrial. Essa diferença mostra a existência de cadeias produtivas distintas, uma relacionada ao consumo in natura, a outra destinada à agroindústria (EMATER/RS-ASCAR, 2020). O cultivo de pera (*Pyrus* spp.) é muito pequeno, pouco contribuindo para a fruticultura estadual (EMATER/RS-ASCAR, 2020).

A produção de tangerinas concentra-se sobretudo em variedades pertencentes ao complexo *Citrus reticulata*, com destaque para a bergamota Montenegrina, variedade emblemática do estado, amplamente cultivada pelo seu sabor, aroma e boa aceitação no mercado consumidor, além das cultivares Caí, Ponkan, Murcott e Satsuma (Okitso), que apresentam diferentes épocas de maturação e permitem escalonar a oferta ao longo da safra. A principal região produtora é o Vale do Caí, que reúne municípios como Montenegro, Pareci Novo, Harmonia, São Sebastião do Caí e São José do Sul, caracterizando-se pela predominância de pequenas e médias propriedades e pelo uso intensivo de mão de obra familiar; adicionalmente, a citricultura também se faz presente, ainda que em menor escala, em áreas do Alto Uruguai e da Fronteira Oeste. Do ponto de vista econômico, o cultivo da tangerina possui elevada relevância regional, contribuindo para a diversificação produtiva da agricultura gaúcha, para a geração de renda no meio rural e para a dinamização de cadeias locais de comercialização e agroindústria, sobretudo

no mercado de frutas in natura, no qual o Rio Grande do Sul se posiciona como um dos principais produtores nacionais (Oliveira et al., 2018; Emater/Embrapa, 2025; Rio Grande do Sul, 2025).

Sobre Santana do Livramento, há carência de estudos quantitativos individualizados para as culturas em questão. Do pouco que já foi estudado, pode-se dizer que no município estas espécies têm status secundário, relacionadas a estratégias de diversificação agrícola na agricultura familiar (Becker et al., 2020). Outros estudos (Ferron, 2019; Silva, 2014; Rathmann et al., 2008) corroboram a impressão de que essas culturas são destinadas, em sua maior parte, ao autoconsumo e ao mercado local, mesmo com dificuldades de escoamento, forte dependência do Programa de Aquisição de Alimentos, falta de um mercado consolidado, o que evidencia o caráter não especializado e complementar da atividade. Essas culturas se inserem em grande parte das unidades familiares, sinalizando que a citricultura é uma estratégia de diversificação produtiva nas áreas rurais do Estado, em especial na região da Campanha Gaúcha. O próximo tópico apresenta algumas informações relevantes sobre a olivicultura.

Olivicultura

A inserção da olivicultura em Santana do Livramento deve ser analisada em diálogo com a trajetória econômica e agropecuária da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, tradicionalmente marcada pela pecuária extensiva e, nas últimas quatro décadas, pela crise em importantes pilares industriais urbanos. Como já mencionado, desde os anos 1980, o município assiste ao fechamento de diversos estabelecimentos produtivos – lanifício Albornoz, cooperativa Santanense, frigorífico Armour – com sérios efeitos negativos sobre o emprego e a renda locais, aumento do desemprego e da emigração. Mas, por outro lado, também contribuiu para a busca de novas alternativas econômicas e de aproveitamento do solo no meio rural, entre elas o cultivo de oliveiras (*Olea europaea* L.) (Vasconcellos, 2019).

Desde os anos 1930-1940, o governo sul-rio-grandense já vinha promovendo experimentos com oliveiras importadas da Argentina em estações de pesquisa situadas em diferentes regiões (Saueressig, 2018) incluindo Santana do Livramento, como parte de uma política de fomento a novas culturas adaptadas ao clima subtropical (GOMES, 2018). Em termos edafoclimáticos, o município se encontra próximo ao paralelo 31º Sul, possuindo solos e clima favoráveis à fruticultura perene em regiões de clima temperado. Esta aptidão já havia sido reconhecida por meio de estudos de zoneamento agrícola e experimentos realizados ao longo do século XX (Filippini et al., 2018).

Morales Neto (2009) afirma que, no ano de 1965, a antiga Estação Experimental de Santana do Livramento possuía ensaios com oliveiras, vinculados a experimentos conduzidos por universidades norte-americanas, apontando a viabilidade da cultura pelas características do solo e clima locais. Esses resultados são o marco inicial da olivicultura santanense, anteriores ao ciclo de retomada e expansão desta cultura (Vasconcellos, 2019).

O novo ciclo produtivo começa sua consolidação (o que será exemplificado na próxima seção) apenas no século XXI, num contexto em que o Rio Grande do Sul retoma o interesse pelas oliveiras e passa a ser reconhecido como Estado pioneiro na olivicultura brasileira (Gomes, 2018). O movimento se intensifica com o zoneamento edafoclimático da olivicultura revelando mais de seis milhões de hectares aptos ao cultivo da oliveira e o surgimento de iniciativas empresariais voltadas à produção de mudas e ao processamento de azeite (Filippini Alba; Flores; Wrege, 2013).

Em 2006, foi fundada a empresa Olivopampa, com uma área de aproximadamente 92 hectares na área rural de Santana do Livramento. A empresa teve dificuldades iniciais para encontrar mudas adequadas à região, o que a levou à construção de um viveiro próprio (Vasconcellos, 2019). A literatura aponta o agrônomo Fernando Humberto Rotondo Dall’Orso como a principal figura contemporânea da olivicultura em Santana do Livramento.

Schepa (2018) e Schepa, Hoff e Gonçalves (2019) mostram que, a partir de 2009, Fernando Rotondo começa o plantio de mudas oriundas do Chile, após realizar estudos sobre clima, solo, disponibilidade de recursos e fatores críticos ao empreendimento. Este produtor continuou testando diferentes cultivares originárias de países tradicionais da olivicultura – Grécia, Espanha, Argentina –, a fim de identificar aquelas de melhor adaptação ao terroir santanense (Gomes, 2018).

O plantio dos primeiros olivais comerciais inicia nessa época, sendo um núcleo pioneiro da atividade no município. A primeira colheita ocorreu em 2014, já se produzindo o azeite “Ouro de Sant’Ana”. Este azeite foi inicialmente processado em um lagar de Pinheiro Machado e, posteriormente, em unidade própria em Santana do Livramento (Vasconcellos, 2019).

A trajetória bem-sucedida da Olivopampa constituiu um marco na consolidação do cultivo de oliveiras em Santana do Livramento, exercendo papel catalisador na decisão de outros agentes locais em investir na olivicultura. Produtores já envolvidos em sistemas pecuários e vitivinícolas, bem como atores oriundos do meio urbano que buscavam novas oportunidades econômicas, passaram a perceber o olival como alternativa de diversificação produtiva e de uso sustentável do solo (Saueressig, 2018; Gomes 2018). Estas decisões também relacionam-se ao fato de

existir clima favorável, a experiência acumulada nos vinhedos e o suporte técnico já existente (Schepa; Hoff; Gonçalves, 2019).

Conforme Schepa (2018), a partir de 2010 observa-se a expansão de novos plantios em propriedades de diferentes portes, conformando um arranjo territorial diversificado, em que agricultores familiares, médios produtores e grandes empreendimentos compõem um mosaico produtivo integrado. A seção 3 deste estudo detalha estes aspectos de forma quantitativa.

As oliveiras cultivadas no município mostram um arranjo diversificado (Gomes, 2018; Vasconcellos, 2019; Almeida, 2022), com variedades destinadas à extração de azeite e à produção de azeitonas de mesa, sendo: 1) Variedades azeiteiras – Arbequina, Arbosana, Coratina, Frantoio, Koroneiki, Leccino e Picual; e 2) Consumo de mesa – Ascolana e Manzanilla.

Além da dimensão produtiva, há iniciativas de promoção territorial e construção de identidade em torno do azeite local. Vasconcellos (2019) destaca que eventos como o “Viva Oliva” e a “Jornada Binacional da Oliveira e do Azeite”, ocorridos em 2019, englobaram visitas técnicas a plantações, cursos e degustações de azeites, divulgação turística e enogastronômica, o que contribui para exemplificar estes esforços de divulgação. Ainda neste sentido, em dezembro de 2025, Bagé (RS) foi palco de três eventos simultâneos: o 1º Seminário Binacional do Bioma Pampa, o 1º Simpósio Nacional de Olivoturismo e o 6º Encontro Estadual de Olivicultura (Olivicultura, 2025).

A trajetória recente mostra que, embora seja uma cultura ainda jovem no município, a olivicultura já assume papel relevante na diversificação produtiva e na construção de novas perspectivas de desenvolvimento (Schepa, 2018; Gomes, 2018; Saueressig, 2018). O próximo tópico apresenta alguns aspectos da produção de noz pecã (pecanicultura).

Pecanicultura

A noz-pecã ou nogueira-pecã (*Carya illinoensis* (Wangenh.) K. Koch) é uma árvore frutífera perene, originária da América do Norte (Lorenzi et al., 2006). Possui um extenso ciclo produtivo, com retorno econômico progressivo ao longo do tempo. No Brasil, sua propagação tem sido gradual, com destaque para o Rio Grande do Sul por seu clima subtropical (Martins et al., 2018).

Seminário sobre noz-pecã realizado em 2025 apontou que o Rio Grande do Sul é responsável por mais de 80% da produção nacional, fazendo do Brasil o quarto maior produtor mundial desta fruta. Este seminário também destacou que Cachoeira do Sul, Anta Gorda e Santana do Livramento são os principais polos produtivos (SEAPI, 2025). Estudos sobre a expansão da

pecanicultura no estado mostram que, desde o ano 2000, há um processo de reconfiguração do uso da terra em busca de alternativas produtivas que se articulem à criação extensiva e que diversifiquem a renda rural (Martins et al., 2018, 2023).

Neste contexto, considerando termos socioeconômicos, a pecanicultura é uma alternativa de investimento relevante para o município, com retorno de médio a longo prazo, permitindo a diversificação em propriedades que não têm interesse em mudar seus atuais sistemas produtivos. A noz-pecã inicia sua produção a partir do quarto ano pós-plantio, sendo interessante a sua integração consórcios com a pecuária extensiva (Martins et al., 2018, 2023).

Olhando-se para o município em estudo, do ponto de vista edafoclimático, o município tem boa parte de seu território propício à noz-pecã, pois se encontra numa região subtropical, com solos profundos e bem drenados favoráveis à fruticultura de clima temperado (Schepa, 2018). Pode-se afirmar que a pecanicultura em Santana do Livramento é uma atividade nova em relação aos demais polos do Estado, em especial Cachoeira do Sul e Anta Gorda. Contudo, o município já aparece nos diagnósticos estaduais de produção da noz-pecã como uma nova área de cultivo (SEAPI, 2025).

A posição do município entre os produtores ressalta a sua contribuição à cadeia produtiva estadual, que ainda está em fase de estruturação. A visibilidade local está atrelada a ações mais amplas, como as realizadas pela Emater/RS-Ascar, pela Câmara Setorial da Pecanicultura e pelo Programa Pró-Pecã, que criam condições para que a cultura se consolide (Martins et al., 2023; SEAPI, 2025). Dentre estas condições estão a reestruturação técnica e institucional da cadeia produtiva no Rio Grande do Sul (Martins et al., 2018). De forma geral, pode-se dizer que a pecanicultura no município ainda é recente, está em processo de consolidação na cadeia gaúcha, apresenta-se como uma alternativa na diversificação agrícola, com possível aumento da renda e fortalecimento da produção rural. O próximo tópico apresenta informações sobre a história da vitivinicultura no município.

Vitivinicultura

A vitivinicultura contemporânea em Santana do Livramento tem início nos anos 1970, quando a Secretaria Estadual de Agricultura realizou o zoneamento da Campanha Gaúcha para a viticultura. O estudo revelou que o município apresentava excelentes condições para o cultivo de uvas (*Vitis vinifera* L.), com solos arenosos profundos e bem drenados, grande insolação, elevada amplitude térmica diária e topografia adequada à mecanização (Ferreira, 2005; Sarmiento, 2017).

Em 1974, a empresa norte-americana Almadén implantou no município o primeiro grande empreendimento vitivinícola da Campanha Gaúcha. Foi um investimento de grande escala para os

padrões regionais, com extensas áreas de vinhedos, introdução de variedades europeias e norte-americanas, adoção de tecnologias modernas de manejo e construção de uma planta industrial própria (Engelmann, 2009; Sarmiento, 2017).

A expansão da vitivinicultura foi retomada com novo ritmo nos anos 1990. Na esteira de um mercado que começa a apreciar o terroir e busca vinhos finos brasileiros, grandes produtores da Serra Gaúcha miraram as terras de Santana do Livramento. Esse movimento também foi percebido por empresários, produtores de arroz e pecuaristas locais, em busca de alternativas econômicas para a diversificação do uso da terra (Borges; Cardoso, 2006/2007; Sarmiento, 2017).

Na consolidação da vitivinicultura, algumas vinícolas foram protagonistas, pois organizaram a produção e projetaram Santana do Livramento como polo vitivinícola, destacando-se a Miolo Wine Group (vinícola Almadén), a Nova Aliança Vinícola Cooperativa, a Cordilheira de Santana e a Vinícola Salton. Estas vinícolas refletem a expansão territorial de importantes grupos da Serra Gaúcha para Santana do Livramento. O fluxo de investimentos e o conhecimento técnico deram maior escala e projeção à produção, impulsionando seu destaque no cenário nacional (Sarmiento, 2017).

Além da vitivinicultura empresarial, ocorreu a produção de uvas pela agricultura familiar (Pierozan, 2019). De acordo com Ferreira et al. (2023), a viticultura familiar ainda abrange uma pequena parcela da área produtiva das propriedades rurais, no entanto, tem grande relevância por sua diversificação econômica e complemento da renda. Como resultado do crescimento produtivo e dos novos empreendimentos (de grande e de pequeno porte), houve iniciativas de organização institucional, como associações de produtores de uvas e de vinhos e o registro de indicação de procedência “Campanha Gaúcha”, reforçando a importância da vitivinicultura local (Sarmiento, 2017).

Como será detalhado na próxima seção, ao longo do tempo, a área destinada ao cultivo de videiras teve crescimento considerável, fazendo de Santana do Livramento o maior produtor da Campanha Gaúcha (Sarmiento, 2017). Os estudos de Engelmann (2009), Sarmiento (2017) e Trindade (2024) mostram que as variedades Cabernet Sauvignon, Merlot e Tannat são as uvas de maior importância econômica, confirmando o perfil de vinícolas empresariais produtoras de vinhos tintos estruturados. Por outro lado, as uvas Niágara branca, Niágara rosada, Bordô e Concord são mais associadas à agricultura familiar, destinadas ao autoconsumo, venda direta ao consumidor e elaboração de sucos ou vinhos de mesa (Ferreira et al., 2023; Sarmiento, 2017).

Pode-se dizer que a vitivinicultura em Santana do Livramento resulta de uma transformação da economia local, constituindo-se numa alternativa viável à pecuária extensiva

tradicional. Essa consolidação se deu pela convergência de políticas públicas, pesquisa científica, investimentos privados e características edafoclimáticas adequadas. A junção destes fatores solidificou a Campanha Gaúcha como uma relevante região vinífera do Brasil (Engelmann, 2009; Sarmiento, 2017; Trindade, 2024).

RESULTADOS E ANÁLISES

Esta seção apresenta os resultados e análises sobre quatro variáveis disponíveis sobre lavouras permanentes, na Pesquisa produção Agrícola municipal do IBGE: área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio. Para cada uma das variáveis é analisada a comparação relativa da produção municipal, com a produção estadual e nacional, a sua evolução no tempo e a participação de cada uma das lavouras analisadas no total das lavouras permanentes do município. As análises buscam identificar tendências ou mudanças relevantes no tempo.

Para identificar os produtos relevantes para o município, foi considerada a área destinada à colheita do ano de 2024 e escolhidos todos os produtos que tiveram área destinada à colheita neste ano, quais sejam: azeitona, laranja, noz (fruto seco), pera, pêssigo, tangerina e uva. Importante dizer que as azeitonas passam a ter dados disponíveis a partir de 2014 e noz (fruto seco), a partir de 2010. Importante também destacar que inexitem dados para alguns anos da série. As seções foram organizadas de acordo com as variáveis escolhidas para análise.

Observações importantes precisam ser feitas sobre este tipo de lavoura. São produtos que têm um hiato temporal grande entre o plantio e a colheita (oliveiras, por exemplo, levam de 3 a 5 anos para produzir, nozes levam 4 anos para produzir, a partir do plantio). Alguns dos produtos estudados foram introduzidos há pouco tempo no município, outros tem característica de rodução familiar visando diversificação de pequenas propriedades rurais, como mencionado na seção anterior. A produção pode oscilar de um ano para outro (alguns anos dão grande produção, outros produção menor, muito típico da olivicultura, por exemplo). Para o histórico agrícola do município, não são plantios tradicionais, apesar de terem uma boa adaptação às condições edafoclimáticas locais. É esperado, portanto, que não tenham grande relevância no cenário estadual ou nacional, apesar de já poderem ser observadas como setores presentes e de potencial importância na economia local.

Área Destinada à Colheita

Considerando a área destinada à colheita, pode-se dizer que Sant’Ana do Livramento ainda não guarda uma grande relevância ao ter seus números comparados com as áreas nacionais e estaduais (tabela 1). Em 1990 o município respondia por apenas 0,01% da área nacional de lavouras permanentes e por 0,54% da área do estado. No entanto, é importante considerar que ocorreu um crescimento nesta participação relativa, ao longo do período estudado: em 2024 o município passa a responder por 0,02% da área total e lavouras permanentes do país e por 0,75% da área total do RS. Quando considerados produtos como azeitonas, peras e uvas estes números são um pouco mais expressivos. Em 2024, Sant’Ana do Livramento já respondia por 2,96% da área nacional e por 3,73% da área estadual destinada à colheita de azeitonas, 1,55% da área nacional e 3,27% da área estadual destinada à colheita de peras e por 1,17% da área nacional e por 2,05% da área estadual destinada à colheita de uvas.

Tabela 1 - Participação relativa da área destinada à colheita das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, RS, por tipo de produto, comparada com as áreas do Brasil e do Rio Grande do Sul, para o período 1990, 2000, 2010, 2020 e 2024

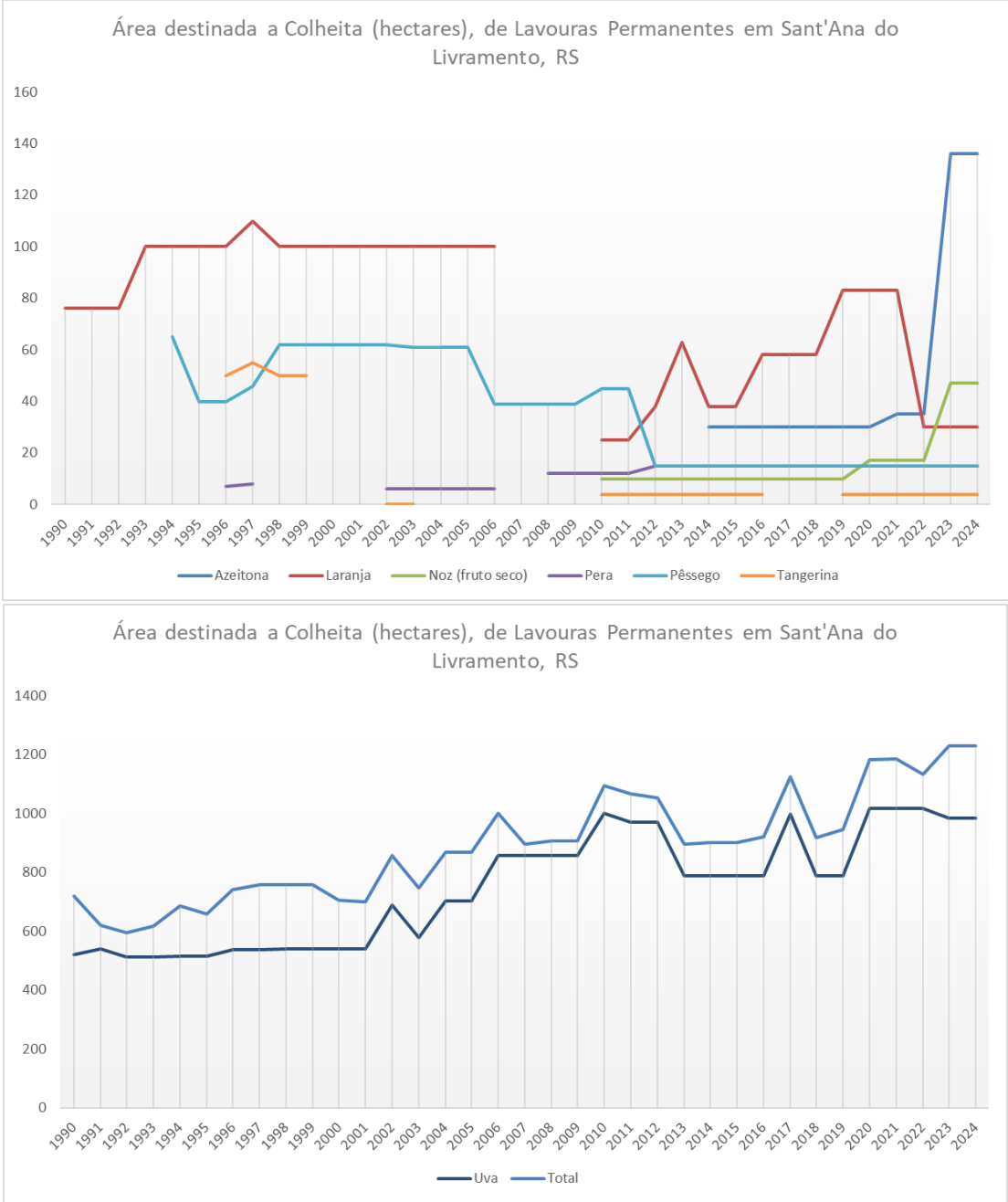
Produto das lavouras permanentes	1990		2000		2010		2020		2024	
	Participação na área Nacional	Participação na área Estadual	Participação na área Nacional	Participação na área Estadual	Participação na área Nacional	Participação na área Estadual	Participação na área Nacional	Participação na área Estadual	Participação na área Nacional	Participação na área Estadual
Azeitona							1,58%	2,29%	2,96%	3,73%
Laranja	0,01%	0,30%	0,01%	0,37%	0,00%	0,09%	0,01%	0,39%	0,01%	0,15%
Noz (fruto seco)					0,39%	0,67%	0,46%	0,50%	0,89%	0,94%
Pera	0,18%	0,34%			0,78%	1,38%	1,39%	2,73%	1,55%	3,27%
Pêssego	0,35%	0,42%	0,28%	0,43%	0,22%	0,30%	0,10%	0,13%	0,10%	0,13%
Tangerina	0,05%	0,26%			0,01%	0,03%	0,01%	0,03%	0,01%	0,03%
Uva	0,89%	1,30%	0,90%	1,58%	1,23%	2,05%	1,37%	2,20%	1,17%	2,05%
Total	0,01%	0,54%	0,01%	0,44%	0,02%	0,63%	0,02%	0,74%	0,02%	0,75%

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

A figura 1 mostra como é intermitente a disponibilidade de dados sobre as lavouras analisadas, bem como é importante a área destinada à colheita de uvas na região. A variação da área total destinada à colheita de lavouras permanentes no município se movimenta de acordo com a variação da área da colheita de uvas no período estudado, tendo apresentado crescimento no período estudado (718 hectares em 1990 para 1231 hectares em 2024, um crescimento de 71,45% no período). A área destinada à colheita de uvas em 1990 era de 522 hectares e passou para 984 hectares em 2024, com um pico de 1018 hectares no triênio 2020 a 2022. A taxa média de crescimento da área destinada à colheita de uvas foi de 2,5% ao ano no período, sempre com muitas oscilações, mas com clara tendência de aumento no tempo. No entanto, é interessante notar o salto da área destinada à colheita de azeitonas. No ano de 2014, esta área era de 30 hectares e passou para 136 hectares em 2024. Considerando a área total de lavouras permanentes

do município, o efeito deste crescimento pode ser percebido, uma vez que compensa a redução da área de uvas no período 2023/2024.

Figura 1 - Evolução da área destinada à colheita das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, RS, por tipo de produto, em hectares, para o período 1990 a 2024



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

Considerando os cítricos presentes nas lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, há que se fazer a observação da queda de área destinada à colheita de laranjas e tangerinas. Em 1990 a área destinada à colheita de laranjas era de 76 hectares, passou para 100 hectares no período de 1993 a 2006 e chega a 2024 com apenas 30 hectares destinados à colheita. As

tangerinas tem percurso semelhante. Eram 24 hectares destinados à colheita em 1990, chega a se expandir para 55 hectares em 1997 e reduz-se para 4 hectares em 2024.

Ao se observar como cada um dos produtos contribui para compor a área total das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento (tabela 2), constata-se que laranja e pêssegos, que respondiam por 10,58% e 9,75% da área total em 1990 perderam importância, chegando a 2,44% e 1,22% da área total destinada à colheita em 2024. Apesar de ser uma produção recente, as nozes, em 2024, respondem por 3,82% da área total destinada à colheita.

Tabela 2 - Participação relativa de cada produto na área total destinada à colheita das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, RS, para os anos 1990, 2000, 2010, 2020, 2024

Produto das lavouras permanentes	1990	2000	2010	2020	2024
Azeitona	0,00%	0,00%	0,00%	2,54%	11,05%
Laranja	10,58%	14,16%	2,28%	7,02%	2,44%
Noz (fruto seco)	0,00%	0,00%	0,91%	1,44%	3,82%
Pera	0,56%	0,00%	1,09%	1,27%	1,22%
Pêssego	9,75%	8,78%	4,11%	1,27%	1,22%
Tangerina	3,34%	0,00%	0,36%	0,34%	0,32%
Uva	72,70%	76,35%	91,24%	86,13%	79,94%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

O crescimento expressivo da área destinada à colheita de azeitonas fez com que partisse de 2,54% da área total destinada à colheita de lavouras permanentes no município em 2020, para 11,02% em 2024.

Os dados de área colhida para lavouras permanentes em Sant’Ana do Livramento são exatamente os mesmos das áreas destinadas à colheita. Ao se comparar com os dados do Estado do RS e do país, as análises ficaram muito próximas das já apresentadas, não se justificando a repetição da análise. Dadas estas informações, o próximo tópico tratará da produção obtida ao longo da série temporal.

Quantidade Produzida

Ao se analisar a quantidade produzida das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, de forma relativa à produção nacional e estadual (tabela 3), pode-se dizer que ela não apresenta grande relevância no período estudado. Destaque para a produção de azeitonas, no ano de 2015, que chegou a 35,29% da produção do RS e a 12,41% da produção nacional. Em 2024 azeitonas, peras e uvas seriam as produções mais relevantes da cidade em comparação com o estado (respectivamente 0,88%, 1,31% e 1,24% da produção estadual). São também estas três produções as que têm alguma participação na produção nacional: as azeitonas representam 0,53%

da produção do país, as peras respondem por 1,31% e as uvas por 1,24%. Os demais produtos apresentam a mesma oscilação da área destinada à colheita, tem algum crescimento na participação relativa nos primeiros anos da série, mas caem ao longo do tempo, sendo substituídos por outras culturas perenes.

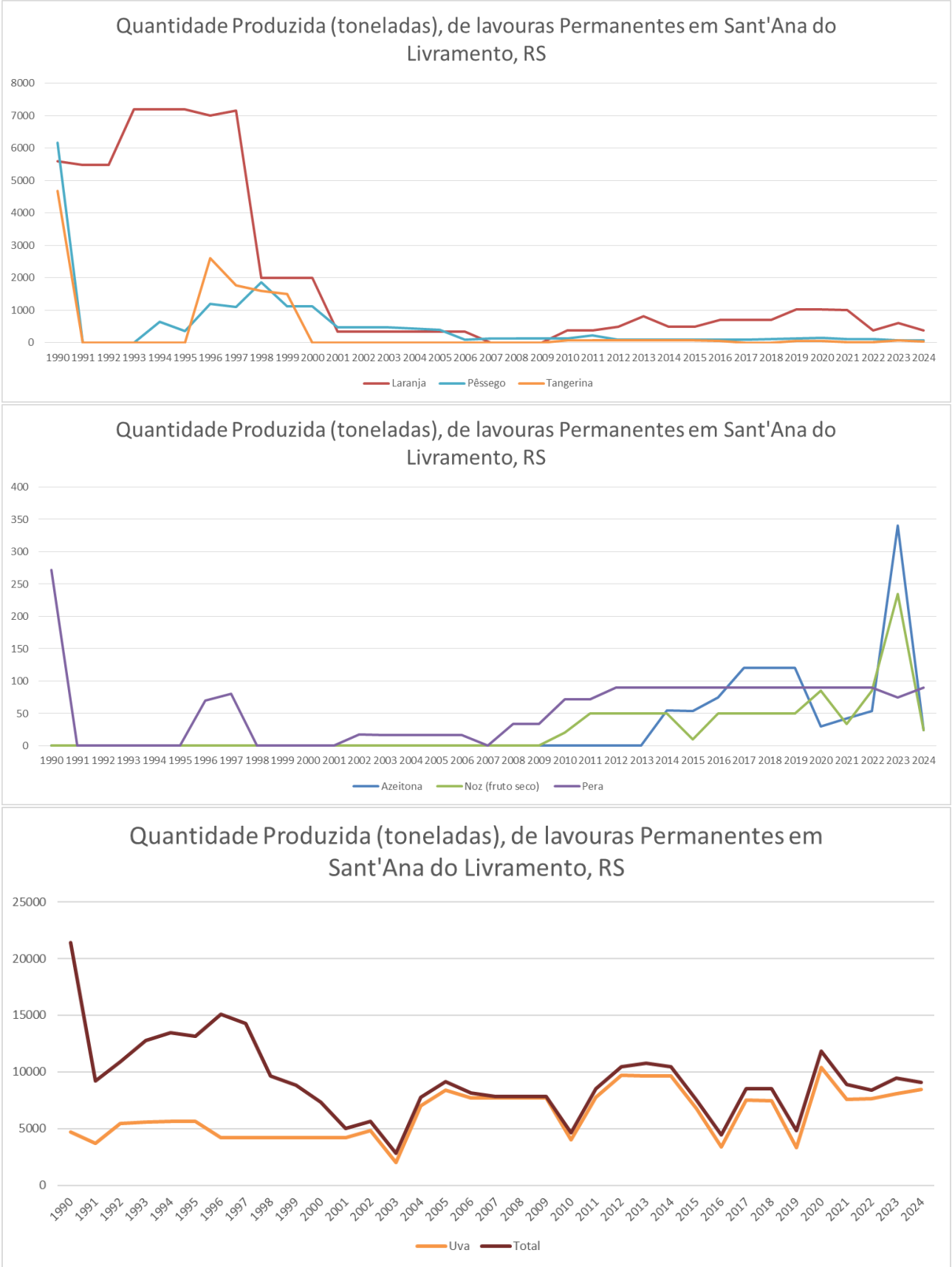
Tabela 3 - Participação relativa da produção das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, RS, por tipo de produto, comparada com as áreas do Brasil e do Rio Grande do Sul, para o período 1990, 2000, 2015, 2020 e 2024

Produto das lavouras permanentes	1990		2000		2015		2020		2024	
	Participação na Produção Nacional	Participação na Produção Estadual	Participação na Produção Nacional	Participação na Produção Estadual	Participação na Produção Nacional	Participação na Produção Estadual	Participação na Produção Nacional	Participação na Produção Estadual	Participação na Produção Nacional	Participação na Produção Estadual
Azeitona	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,41%	35,29%	1,13%	2,12%	0,53%	0,88%
Laranja	0,01%	0,27%	0,00%	0,10%	0,00%	0,14%	0,01%	0,32%	0,00%	0,12%
Noz (fruto seco)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	0,40%	2,03%	2,40%	0,56%	0,64%
Pera	0,24%	0,51%	0,00%	0,00%	0,43%	0,77%	0,59%	1,30%	0,62%	1,31%
Pêssego	0,60%	0,82%	0,06%	0,10%	0,04%	0,07%	0,07%	0,12%	0,04%	0,06%
Tangerina	0,11%	0,55%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	0,00%	0,04%	0,00%	0,02%
Uva	0,58%	0,87%	0,41%	0,79%	0,45%	0,77%	0,73%	1,42%	0,47%	1,24%

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

Os gráficos mostrados na figura 2 dão uma noção desta variação temporal da produção por produto das lavouras permanentes. Em 1990 eram laranjas (5.586 ton), pêssegos (6.160 ton), tangerinas (4.680 ton) e uvas (4.698 ton) que tinham volumes relevantes de produção no município. Estas lavouras permanentes respondiam juntas por 98,73% da produção oriunda das lavouras permanentes do município (tabela 4). Pode-se dizer que a produção de laranjas, pêssegos e tangerinas perde relevância a partir do final dos anos 1990. No ano de 2024 o município produziu apenas 371 ton de laranjas, 75 ton de pêssegos e 39 ton de tangerinas. A produção conjunta destes frutos representou, em 2024, apenas 5,33% da produção obtida em lavouras permanentes observada neste estudo.

Figura 2 - Evolução da produção das lavouras permanentes de Sant'Ana do Livramento, RS, por tipo de produto, em hectares, para o período 1990 a 2024



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

A produção de peras, apesar de já aparecer no ano de 1990, com 200 ton de produção no município, tem uma trajetória oscilante, com vários anos sem registro de produção. A partir de 2012 mostra um comportamento mais estável, com produção de 90 ton ano, com uma pequena queda em 2023, quando fechou 75 ton de produção anual.

A produção de nozes e de azeitonas pode ser chamada de produção emergente. Seus pomares são recentes e ainda estão em fase de implantação, o que faz com que tenham ainda pouca importância no conjunto de produtos observados (0,53% da lavoura permanente observada para o ano de 2024 - tabela 4). Neste contexto, percebe-se um crescimento da produção de azeitonas (55 ton em 2014, 120 ton em 2017 e 340 ton em 2023). Há um registro de queda acentuada da produção em 2024, registrada como 24 ton. Aqui duas observações precisam ser feitas: a) o ano de 2024 foi marcado por muitas chuvas no Rio Grande do Sul, afetando o regime de chuvas do município, o que pode ter afetado a produção; b) a produção de azeitonas tem sazonalidade, alguns anos de boa produção, permeado por outros de produção reduzida. Há que se considerar um potencial de crescimento deste produto das lavouras permanentes, dado o crescimento da área destinada à colheita, mencionado na seção anterior.

Quando se observa a produção de nozes, esta começa a aparecer nas estatísticas de produção no ano de 2010, com 20 ton. A produção anual sobe para 50 ton em 2011 e se mantém neste patamar, com alguma oscilação, até 2020, quando chega a 85 ton. O pico de produção ocorreu em 2023, com 235 ton, caindo novamente em 2024 para 24 ton. A explicação para a redução drástica da produção em 2024 está relacionada ao regime de chuvas no município, como mencionado anteriormente. Assim como na produção de azeitonas, o aumento da área destinada à colheita deve resultar em aumento de produção nos próximos anos.

Importante mencionar que, após um período de redução significativa da produção total de lavouras permanentes do município, o qual ocorreu entre 1990 e 2003, há uma clara tendência de crescimento dos totais produzidos. A produção total das lavouras permanentes foi de 2863 ton em 2003, chegando a 9105 ton em 2024, um crescimento de 218% acumulado no período.

Tabela 4 - Participação relativa de cada produto na quantidade produzida das lavouras permanentes de Sant'Ana do Livramento, RS, para os anos 1990, 2000, 2010, 2020, 2024

Produto das lavouras permanentes	1990	2000	2010	2020	2024
Azeitona	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,26%
Laranja	26,11%	27,30%	8,04%	8,64%	4,07%
Noz (fruto seco)	0,00%	0,00%	0,43%	0,72%	0,26%
Pera	1,27%	0,00%	1,54%	0,76%	0,99%
Pêssego	28,79%	15,23%	2,90%	1,27%	0,82%
Tangerina	21,87%	0,00%	1,29%	0,42%	0,43%
Uva	21,96%	57,47%	85,80%	87,94%	93,16%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

Por fim, cabe uma análise sobre a produção de uvas. Esta representava 21,96% da produção das lavouras permanentes observadas, no ano de 1990 (tabela 4) e chega a 93,16% desta produção em 2024. A figura 2 (terceiro gráfico) mostra uma clara tendência de crescimento da produção, que inicia a série em 4.698 ton e chega a 8482 ton em 2024, com um pico de produção de 10.409 ton no ano de 2020. A produção total das lavouras permanentes observadas para o município, tem acompanhado a dinâmica da produção de uvas desde o ano de 2004, justamente quando a produção de laranjas perde relevância no município.

Rendimento Médio

De modo geral, o rendimento médio da produção das lavouras permanentes observadas para Sant'Ana do Livramento é menor que o rendimento estadual e nacional, com muitas oscilações e com algumas exceções (tabela 5 e figura 3). No Ano de 1990 observa-se que o rendimento médio de peras, pêssegos e tangerinas foi maior que o rendimento médio das mesmas lavouras em âmbito estadual e nacional. As tangerinas chegaram a render quase o dobro de quilos por hectare, ao serem comparadas com os valores nacionais e um pouco mais que o dobro do rendimento estadual. Essa realidade mudou drasticamente para peras e pêssegos a partir dos anos 2010 quando o rendimento médio da produção de peras era equivalente a 63,34% do rendimento médio estadual e 56,17% do rendimento médio nacional. A produção de pêssegos chegou a apenas 33,52% do rendimento médio estadual e 27,37% do rendimento médio nacional no mesmo ano. Tangerinas ainda conseguiram se sair bem em 2010 ao serem comparadas com o rendimento médio estadual, superando-o em 22,74%, mas ficando abaixo do rendimento médio nacional (76,89%)

Tabela 5 - Comparação do rendimento médio das lavouras permanentes de Sant'Ana do Livramento com o rendimento nacional e estadual, para os anos de 1990, 200, 2010, 2020 e 2024

Produto das lavouras permanentes	1990		2000		2010		2020		2024	
	Comparação com rendimento nacional	Comparação com o rendimento estadual	Comparação com rendimento nacional	Comparação com o rendimento estadual	Comparação com rendimento nacional	Comparação com o rendimento estadual	Comparação com rendimento nacional	Comparação com o rendimento estadual	Comparação com rendimento nacional	Comparação com o rendimento estadual
Azeitona	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	[nd]	[nd]	71,43%	92,17%	16,68%	21,65%
Laranja	76,60%	90,52%	16,06%	27,23%	64,27%	112,73%	42,20%	81,69%	44,54%	81,20%
Noz (fruto seco)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	93,02%	163,27%	444,05%	478,47%	60,91%	65,77%
Pera	132,66%	148,99%	0,00%	0,00%	56,17%	63,34%	42,10%	47,74%	40,05%	39,97%
Pêssego	171,47%	195,49%	21,74%	22,53%	27,37%	33,52%	77,20%	88,14%	40,43%	45,85%
Tangerina	198,76%	210,09%	0,00%	0,00%	76,89%	122,74%	67,57%	134,13%	52,99%	74,33%
Uva	65,61%	66,87%	45,58%	50,07%	24,06%	28,08%	52,51%	63,89%	39,96%	60,07%

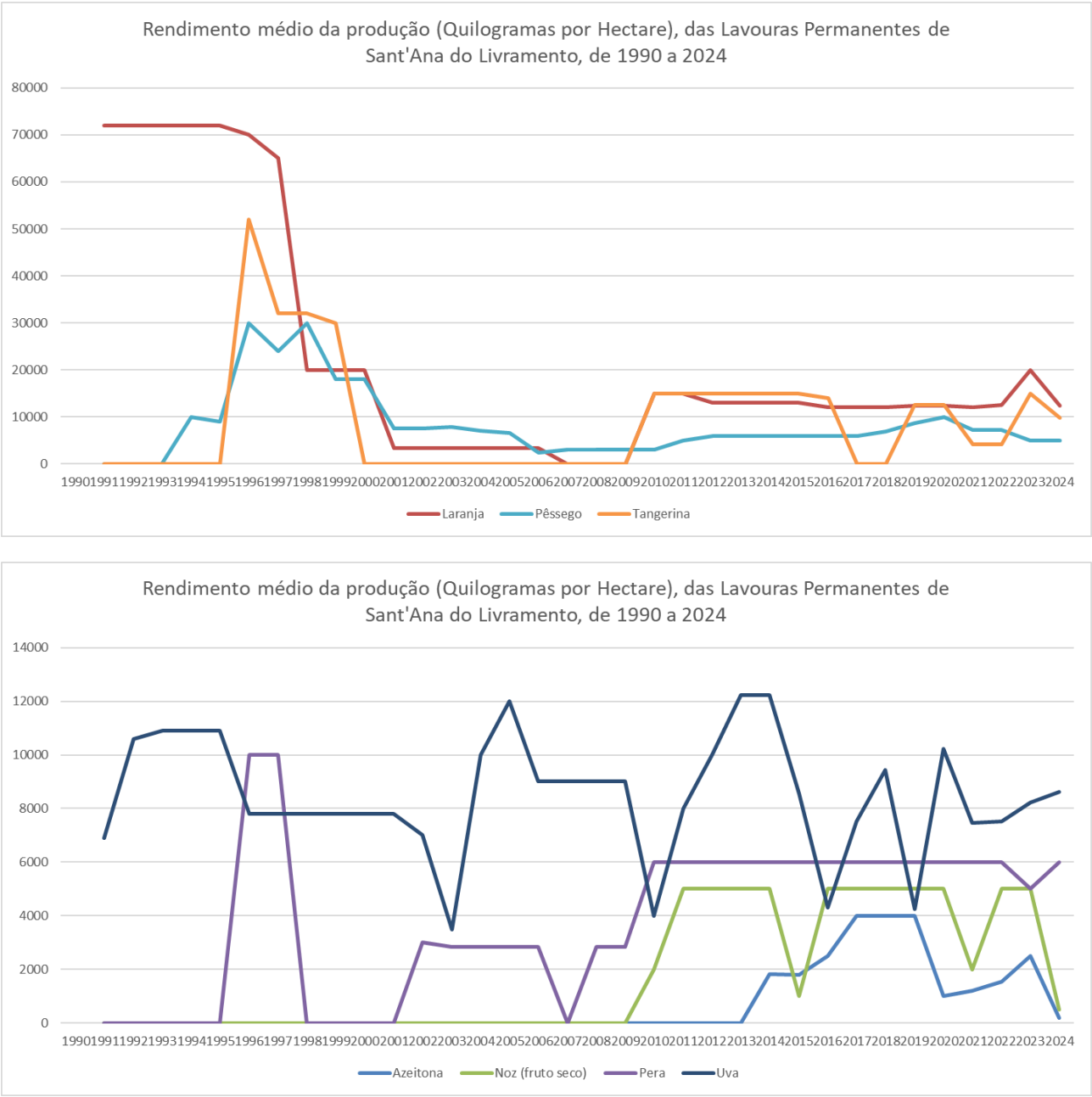
Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

Ainda considerando a tabela 5, o rendimento médio da produção de uvas oscila bastante no período, mas sempre se manteve abaixo do rendimento médio estadual (66,87% em 1990, 50,07% em 2000, 28,08% em 2010, 63,89% em 2020 e 60,07% em 2024) e do rendimento médio nacional (65,61% em 1990, 45,58% em 2000, 24,06% em 2010, 52,51% em 2020 e 39,96% em 2024). Parece acertado dizer, para este produto, que o rendimento médio cai quando aumenta a área disponível para colheita, podendo refletir pomares que ainda não estão maduros.

É neste sentido que se pode analisar o rendimento médio da produção de nozes e de azeitonas. Também oscilam bastante no tempo (figura 3) e apresentam-se abaixo do rendimento médio nacional e estadual. O rendimento médio da produção de nozes em 2010 foi 93,02% do rendimento médio nacional e 163,27% do rendimento médio estadual. Este rendimento cresce muito no ano de 2020, chegando a ser três vezes maior que os outros rendimentos médios observados e volta para patamares bem menores em 2024 (60,91% do rendimento médio nacional e 65,77% do rendimento médio estadual). O rendimento médio da produção de azeitonas aproxima-se do rendimento médio estadual em 2020 (92,17%), mas fica abaixo do rendimento médio nacional (71,43%). No ano de 2024 este rendimento médio cai expressivamente (16,68% do rendimento médio nacional e 21,65% do rendimento médio estadual) o que pode ser explicado pela queda expressiva da produção mencionada no tópico anterior, mas também pela ampliação da área destinada à colheita.

Quando observada a figura 3, pode-se dizer que o rendimento médio da produção de laranjas, pêssegos e tangerinas tem um comportamento oscilante, com clara tendência de queda a partir do início dos anos 2000, justamente quando a sua produção perde relevância.

Figura 3 - Evolução do rendimento médio das lavouras permanentes de Sant’Ana do Livramento, RS, por tipo de produto, em quilograma/hectare, para o período 1990 a 2024



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, 2025.

O rendimento médio da produção de nozes, peras e azeitonas oscila no tempo, mas tem leve tendência de crescimento na série histórica disponível. Já o rendimento médio da produção de uvas tem ligeira tendência de queda no período analisado, intercalando períodos de maior rendimento médio, com períodos de menor rendimento médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela dinamização de economias municipais que perderam a capacidade de crescimento faz parte do processo de desenvolvimento não só do local, mas compõe o processo de desenvolvimento do estado e da nação. Economias locais dinâmicas atraem investimentos e ajudam a dar perspectiva de futuro para a comunidade, que tende a se fixar no município, reduzindo fluxos migratórios e a expansão de zonas periféricas pobres nos grandes centros.

Importante dizer que a não dependência de poucas atividades econômicas pode ser chave neste processo, pois a diversificação da economia local torna-a menos suscetível a crises de setores específicos. Por outro lado, as aptidões locais, que podem ser identificadas como vantagens competitivas, podem jogar luz sobre caminhos a serem seguidos nesta dinamização. Para além disso, podem criar um processo de crescimento econômico menos dependente de atividades econômicas externas ao município.

Sant'Ana do Livramento é um município que viveu uma história de industrialização importante, chegando a ser o 3o município mais industrializado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. No entanto, mudanças na conjuntura mundial afetaram as lógicas produtivas das indústrias instaladas, levando-as a outros posicionamentos geográficos (como aconteceu com alguns dos frigoríficos), ou retirando-as definitivamente do mercado (como aconteceu com alguns dos frigoríficos e com o lanifício Albornoz). O modelo de crescimento econômico, tipicamente exógeno e dependente de poucas atividades econômicas, deixou cicatrizes e justifica a busca por alternativas que sejam diferentes da experiência acumulada.

Parece acertado dizer que o movimento de expansão de algumas lavouras permanentes (especificamente olivicultura, pecanicultura e vitivinicultura) são exemplos deste novo percurso. Aproveitam vantagens locais, tem potencial para industrialização e podem usar as vantagens locais como diferencial competitivo (como a indicação geográfica já presente na indústria do vinho). Mesmo que a olivicultura e a pecanicultura ainda ocupem pouca área produtiva e apresentem uma produção tímida, as tendências são promissoras. Já a vitivinicultura vem incentivando o surgimento de um novo produtor, de menor porte e focado em vinhos de alta qualidade, evidenciando as características do Terroir local.

Estudos de Schepa (2018) e de Trindade (2024) dão sinais de que um outro tipo de desenvolvimento vem sendo construído a partir destas atividades econômicas e que este tem características endógenas. A troca de informações, a formação de associações, o desenvolvimento de fornecedores locais, contribuem para que a economia local ganhe um outro tipo de dinamismo,

relevante para o desenvolvimento local. Este estudo dá pistas de algo de novo está acontecendo e que merece ser observado de perto.

Novos estudos neste sentido deveriam observar o efeito da expansão das lavouras permanentes sobre o uso do solo para atividades agropecuárias. A presença da soja na região é algo que vem preocupando quem estuda o agronegócio local, não só pela expansão percebida na paisagem, mas pelos efeitos nocivos causados pelos defensivos agrícolas usados na produção, sobre outros cultivos (como a uva). Quem estaria se sobressaindo na expansão do uso do solo: lavouras permanentes, lavouras temporárias ou pastagens? Quais destas conversam melhor com a preservação do bioma pampa (discussão relevante em tempos de mudança climática)? Quais têm maior potencial para desenvolvimento de cadeias produtivas locais? Quais já contam com agroindústria local ou deveriam ter apoio para desenvolver este elo produtivo? Todas são questões relevantes para se entender a dinâmica econômica recente do município e ajudar a pensar seus rumos para que o desenvolvimento desejado torne-se o desenvolvimento usufruído pela sociedade santanense.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Julia Saldanha; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Reforma agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários**. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 226–258, ago. 2010.
- ALMADÉN VINHOS. **Um pouco de nossa história**. Disponível em: <https://www.almaden.com.br/>. Acesso em: dez. 2025.
- ALVES, Amanda da Maia. **Desenvolvimento socioeconômico de Santana do Livramento: uma análise de indicadores**. 2018. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Pampa, Sant’Ana do Livramento, 2018.
- AMBROSINI, Larissa Bueno et al. **Cadastro olivícola do Rio Grande do Sul 2022**. Porto Alegre: SEAPDR/DDPA, 2022.
- BECKER, Cláudio et al. Processo de regularização da produção orgânica pelos agricultores familiares: um estudo de caso sobre o OCS – Santana do Livramento, RS. **Navus**, v. 10, p. 1-11, 2020.
- BORGES, Regis Magnus; CARDOSO, Eduardo Schiavone. Evolução da cultura da uva no município de Sant’Ana do Livramento, RS. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 8/9, n. 1, p. 21-30, 2006/2007.
- BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). **Ficha técnica da indicação geográfica Campanha Gaúcha**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/CampanhaGacha.pdf>. Acesso em: dez. 2025.
- CDFIMS -COMITÊ PRÓ-DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA IRRIGADA DA METADE SUL/RS. **Programa de Fruticultura Irrigada**. Porto Alegre, 1997.
- EMATER/EMBRAPA. **Classificação de grupos de tangerineiras e diversidade varietal no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Embrapa/Infoteca-e, 2025
- EMATER/RS-ASCAR **Atualiza dados da fruticultura no RS**. 2020. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/emater-rs-ascar-atualiza-dados-da-fruticultura-no-rs>>. Acesso em: 14 dez. 2025.
- EMBRAPA. **IP Campanha Gaúcha**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/indicacoes-geograficas-de-vinhos-do-brasil/ip-campanha-gaucha>. Acesso em: dez. 2025.

- ENGELMANN, Daniel. **Da estância ao parreiral**: um estudo de caso sobre a vitivinicultura em Santana do Livramento/RS. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FERREIRA, Bruna Pereira et al. Caracterização da produção de uvas pela agricultura familiar em Santana do Livramento, RS. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 9, n. 2, p. 104-114, 2023.
- FERRON, Jeferson da Luz. **Estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS**. 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019.
- FERRON, Jeferson da Luz; TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Agricultura familiar e reprodução social: estratégias dos assentados de Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 19, n. 57, p. 138–155, 2021.
- FILIPPINI ALBA, José María; FLORES, Carlos Alberto; WREGE, Marcos Silveira (orgs.). **Zoneamento edafoclimático da olivicultura para o Rio Grande do Sul**. Brasília: Embrapa, 2013.
- GOMES, Luciane da Silva. **Produção de oliveiras e diversificação produtiva: uma abordagem sobre o potencial estratégico para o desenvolvimento territorial**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- HESPAHOL, Rosângela Aparecida de M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, v. 25, n. 3, p. 469-483, set.-dez., 2013.
- HEYDT, Dylan da Cunha. **Formação econômica de Santana do Livramento: análise da pecuária como eixo estrutural**. 2016. 147 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Pampa, Sant’Ana do Livramento, 2016.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa produção agrícola municipal: PAM - Lavouras permanentes**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>>. Acesso em 04 novembro, 2025.
- LORENZI, Harri; BACHER, Luís; LACERDA, Marco; SARTORI, Sérgio. **Frutas brasileiras e exóticas cultivadas (de consumo in natura)**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006.
- MARTINS, Carlos Roberto et al. **Panorama da produção, processamento e comercialização de noz-pecã no Sul do Brasil**. Pelotas (RS): Embrapa Clima Temperado, 2023.
- MARTINS, Carlos Roberto et al. **Situação e perspectiva da noqueira-pecã no Brasil**. Pelotas (RS): Embrapa Clima Temperado, 2018.
- MORALES NETO, Telmo Armando. **Emergência do complexo industrial de oliveiras: um estudo comparado**. 2009. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Sant’Ana do Livramento, 2009.
- OLIVEIRA, Edvaldo; LISBOA, Gerson dos Santos; SILVA, Vinicius de Amorim. O terroir como categoria geográfica: origem e abordagens conceituais. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 6, e11291, 2022.
- OLIVEIRA, R. P. de; SCHWARZ, S. F.; GONZATTO, M. P.; et al. **Diferenciação das tangerineiras mais cultivadas no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2018. Serie Documentos 453
- OLIVICULTURA é tema de seminário binacional em dezembro na cidade de Bagé. **Jornal A Plateia**, Sant’Ana do Livramento, 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.plateia.com.br/2025/11/olivicultura-e-tema-de-seminario-binacional-em-dezembro-na-cidade-de-bage/>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- PIEROZAN, Vinício Luís. A produção de uva orgânica no Estado do Rio Grande do Sul: as experiências dos viticultores de Cotiporã, RS. **Revista Geonorte**, v. 10, n. 36, p.17-35, 2019.

PINHEIRO, Gabriel Araujo. **A agricultura familiar frente às políticas de crédito rural: o papel do PRONAF na produção orgânica e agroecológica em Santana do Livramento/RS**. 2025. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Sant’Ana do Livramento, 2025.

RATHMANN, Régis et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 325-354, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2025**. Porto Alegre: Departamento de Governança dos Sistemas Produtivos, 2025

SANT’ANA do Livramento está entre os maiores produtores de noz-pecã do RS. Jornal APlateia, 24 set. 2025. Disponível em: <https://www.aplateia.com.br/2025/09/santana-do-livramento-esta-entre-os-maiores-produtores-de-noz-peca-do-rs/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SARMENTO, Marcelo Benevenga. **Diagnóstico da cadeia da vitivinicultura na Campanha Gaúcha**: potencialidades para o desenvolvimento regional. Bagé (RS): Ediurcamp, 2017.

SAUERESSIG, Denise. **O desenvolvimento da olivicultura no Rio Grande do Sul: potencialidades e desafios**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHEPA, Cheyhenne da Costa. **A emergência do complexo olivícola em Santana do Livramento-RS: uma análise pela abordagem do desenvolvimento endógeno**. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Pampa, Sant’Ana do Livramento, 2018.

SCHEPA, Cheyhenne da Costa; HOFF, Debora Nayar; GONÇALVES, Margarete Leniza Lopez. **Olivicultura e desenvolvimento endógeno: uma análise sobre a emergência do setor em Sant’Ana do Livramento, RS**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2019, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

SEAPI. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação. **Seminário reforça importância econômica e nutricional da noz-pecã**. 2025. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/seminario-reforca-importancia-economica-e-nutricional-da-noz-peca>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, Fernanda Antunes da. **Conservação e qualidade pós-colheita de tangerina ‘Clemenules’ em tempos de armazenamento e comercialização**. 2014. 34 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Federal do Pampa, Itaqui, 2014.

TRINDADE, Jaqueline Braz. **A abordagem do desenvolvimento endógeno: os novos rumos da vitivinicultura para Santana do Livramento/RS**. 2024. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2024.

VALÉRIO, Diego Augusto et al. Classificação do Estado do Rio Grande do Sul segundo o sistema de zonas de vida de Holdridge. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 28, n. 4, p. 1776–1788, out./dez. 2018.

VASCONCELLOS, Vania de Castro. **O desenvolvimento das oliveiras em Santana do Livramento/RS**. 2019. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Sant’Ana do Livramento, 2019.

Nesta seção apresentaremos um quadro geral da estrutura fiscal, monetária e cambial em um período um pouco maior do que o usual, mas importante para compreendermos os dilemas de política monetária que se impõem. A compreensão destes dilemas se torna ainda mais importante na medida em que nos aproximamos de um novo período eleitoral.

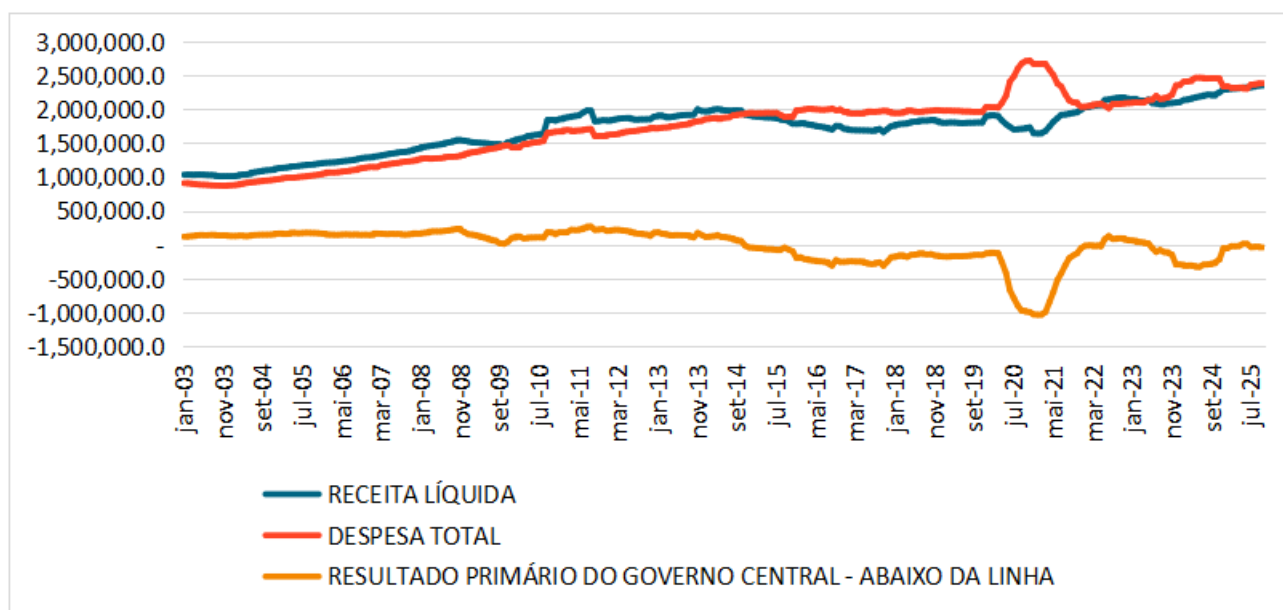
Na Figura 1 temos a evolução do resultado primário desde janeiro de 2003. O intuito do período um pouco mais longo é mostrar as mudanças de trajetória das variáveis que compõem o resultado, além dele próprio. Podemos observar que as receitas e despesas primárias seguem uma trajetória ascendente até o ano de 2014. Entretanto, é uma característica das despesas primárias no Brasil o elevado peso de algumas despesas obrigatórias – e importantes do ponto de vista social –, como a previdenciária. Por sua vez, a trajetória de aumento da receita primária estava relacionada com o próprio avanço da economia. A partir de 2014, observa-se um processo de reversão significativa para uma queda expressiva do PIB, com impactos importantes na arrecadação federal. Vê-se, pelo gráfico, que as receitas líquidas só retornam ao patamar de 2014 ao final de 2021.

Aqui temos um ponto de discussão considerado importante. Houve um descompasso entre receitas e despesas que resultou na elevação do déficit primário a partir de 2015. Por um lado, temos uma redução das receitas; por outro, a rigidez da trajetória ascendente das despesas primárias. A manutenção deste quadro leva a um aumento da dívida pública, que por sua vez elevará o prêmio de risco da dívida pública, aumentando a taxa de juros necessária para a rolagem da dívida. Para resolver o problema, seria possível recompor as receitas ou reduzir as despesas. Entre 2016 e 2019, uma série de medidas de redução de despesas, ou de regras de contenção foram tomadas. A regra do teto de gastos e a reforma da previdência foram duas medidas importantes neste sentido. Entre 2020 e 2022, temos a pandemia e seus reflexos sobre o resultado primário. Mas queremos destacar a mudança da lógica de resolução do déficit, a partir de 2023, que é a busca por recompor a receita primária. Podemos perceber isso na retomada do crescimento das receitas públicas, não desconsiderando que esse aumento também é reflexo de uma maior taxa de crescimento da economia.

Assim, o debate fiscal brasileiro alterna entre duas destas possibilidades: reduzir despesas ou aumentar receitas. Porém, não são possibilidades excludentes. É possível corrigir medidas sobre as receitas que ajudariam na manutenção de uma trajetória mais equilibrada do resultado

primário, como a redução de desonerações e despesas tributárias. Além disso, deveria haver uma discussão mais séria no sentido de mudar a estrutura tributária nacional, reduzindo o peso da tributação indireta e aumentando o da direta. Isso provavelmente teria efeitos importantes sobre a atividade econômica. Uma redução de impostos indiretos, incidentes sobre consumo, por exemplo, poderia induzir algum aumento da demanda, pelo aumento da renda disponível. Ressaltamos que existem efeitos não desprezíveis sobre esse rearranjo: uma redução da tributação indireta poderia elevar a arrecadação por meio do aumento da atividade econômica; por outro lado, o aumento da tributação direta poderia levar a formas de elisão fiscal que reduziriam as receitas. Há duas forças em sentido oposto, e a política econômica não pode ignorá-las na elaboração de medidas necessárias para essa mudança de perfil. Contudo, essa discussão não pode ser negligenciada, uma vez que a estrutura tributária brasileira é mais cruel com a parte mais pobre da população. Ainda, é importante destacar que medidas de aumento de receitas possuem limites que, quando ultrapassados, podem prejudicar a atividade econômica.

Figura 1 - Receita Líquida, Despesa Total e Resultado primário do Governo Central, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, janeiro de 2023 a outubro de 2025, a preços de outubro de 2025.



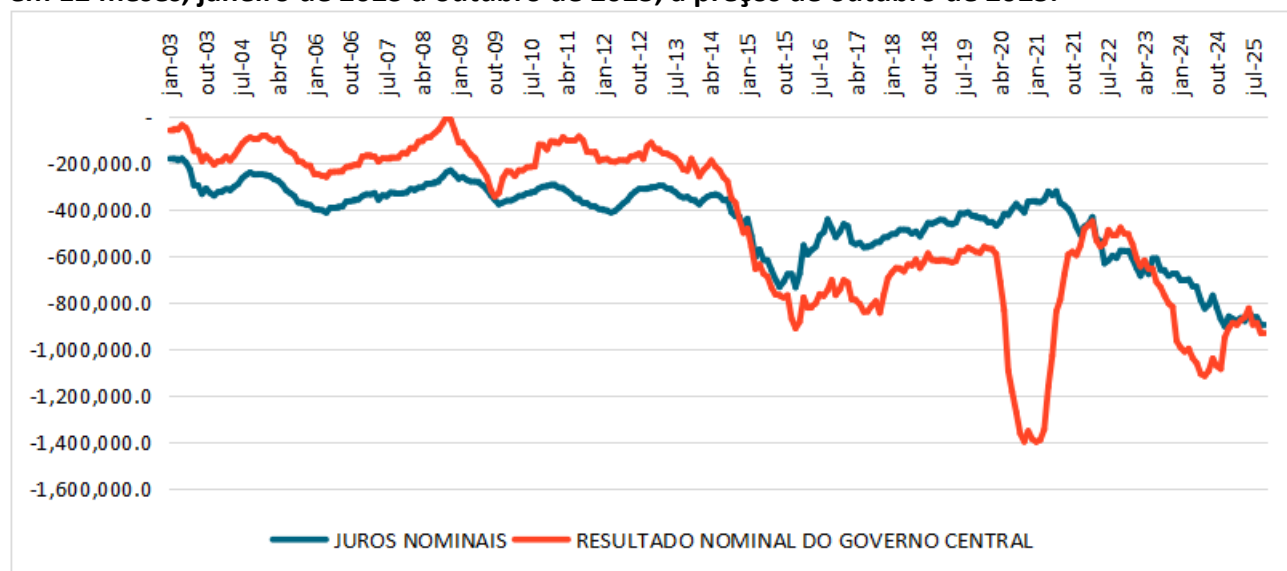
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Além disso também é necessário discutir a estrutura de despesas primárias do governo central. Algumas medidas importantes – inclusive do ponto de vista ético – devem ser consideradas, como por exemplo o fim de remunerações acima do teto constitucional do serviço público. No entanto, não podemos ignorar que medidas como essa não solucionariam a questão estrutural da despesa. Diante do quadro de envelhecimento populacional, vai ser cada vez mais

constante a discussão sobre a previdência no Brasil, uma vez que ela corresponde a aproximadamente 40% do total da despesa primária. Uma evidência disso é que desde FHC todos os presidentes fizeram algum tipo de reforma da previdência.

A Figura 2 evidencia o que vinha sendo discutido acima. A estrutura fiscal brasileira aponta para uma dificuldade de se manter superávits ou, pelo menos, um equilíbrio entre receitas e despesas. Logo, isso terá duas consequências: o aumento do prêmio de risco da dívida, que eleva as taxas de juros e as despesas financeiras do governo; e o aumento do déficit nominal. Na figura, vemos que naquele período em que houve superávit o resultado nominal era inferior ao valor pago como juros da dívida pública. Lembramos que o resultado nominal inclui o primário e a despesa financeira com pagamento de juros. Logo, o superávit reduz o montante de juros que precisam ser financiados com emissão de nova dívida. Porém, entre 2015 e meados de 2022, o resultado nominal passa a ser maior do que a montante pago em juros da dívida. Isso significa que parte da nova dívida estava sendo tomada para pagamento de juros e não para custeio de investimentos, como seria o mais adequado. Aqui, então fica um ponto que gostaríamos de destacar. Obter um superávit primário é importante para aliviar o custo financeiro da dívida e permitir que a emissão de dívida pública tenha como fim o financiamento de investimentos públicos.

Figura 2 – Juros Nominais e Resultado Nominal do Governo Central, em R\$ milhões, acumulado em 12 meses, janeiro de 2023 a outubro de 2025, a preços de outubro de 2025.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Na Tabela 1 mostramos a variação de alguns itens que compõem o resultado primário. Pelo lado da receita, observamos o crescimento da arrecadação com IR (5,5%) e IOF (17,36%), tendo a

receita líquida aumentado em 6,06%, quando comparamos o acumulado em 12 meses de outubro de 2024 com o de outubro de 2025. Pelo lado da despesa, merece destaque: a despesa total teve redução de 2,32%; os benefícios previdenciários e a despesa com pessoal e encargos tiveram variações de, respectivamente, 0,6% e -0,9%; houve aumento importante nos pagamentos do BPC, de 9,76%, e do complemento do FUNDEB, de 21,28%; redução do pagamento de precatórios, de -54,88%; redução das despesas com bolsa família, de -8,67%; aumento da despesa com benefícios de servidores, de 14,83%; aumento das despesa de saúde, de 8,26%; redução de despesas discricionárias em saúde (-2,33%) e educação (-21,22%) e aumento nas de ciência e tecnologia (32,02%) e segurança pública (7,94%).

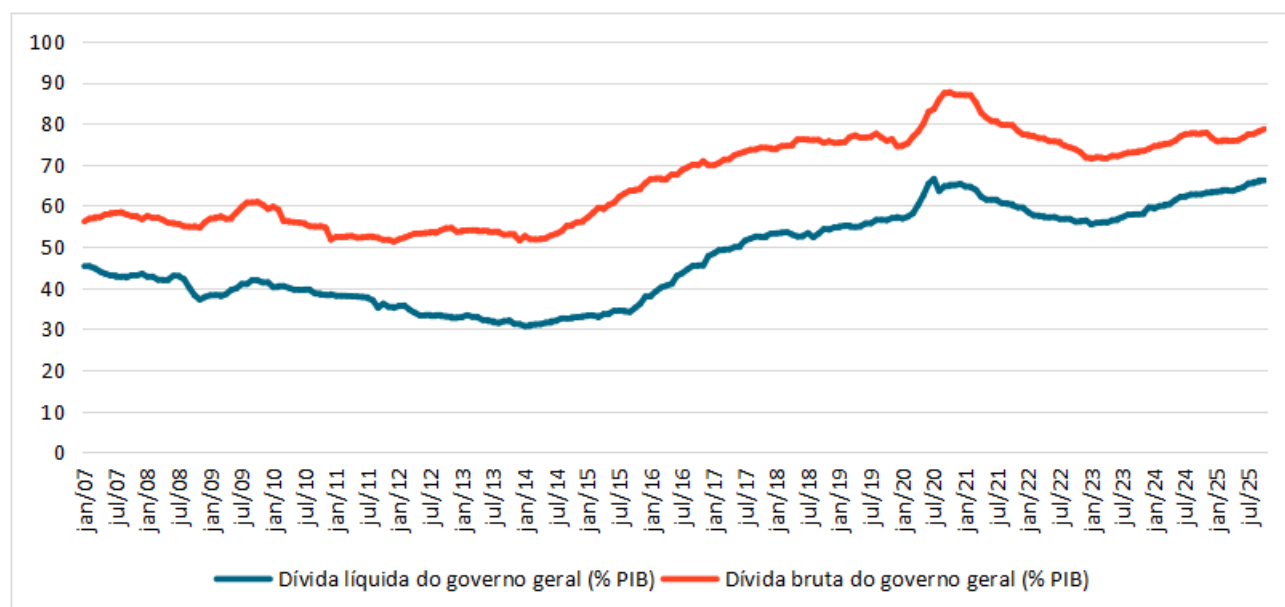
Tabela 1 Resultado Primário do Governo Central - Valores e Variações Seleccionadas.

Discriminação	Acumulado 12 meses (R\$ Bilhões)		Variação Real	
	out/24	out/25	R\$ bilhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL	2.764,90	2.926,87	161,97	5,86
1.1 - Receita Administrada pela RFB	1.760,00	1.856,78	96,78	5,50
1.1.3 Imposto sobre a Renda	827,84	864,80	36,96	4,47
1.1.4 IOF	70,36	82,57	12,22	17,36
1.1.5 Cofins	378,95	389,13	10,18	2,69
1.1.6 PIS/Pasep	108,46	108,26	-0,19	-0,18
1.1.7 CSLL	175,23	178,94	3,71	2,12
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	674,75	706,65	31,90	4,73
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	2.223,60	2.358,31	134,71	6,06
4. DESPESA TOTAL	2.457,27	2.400,24	-57,03	-2,32
4.1 Benefícios Previdenciários	1.021,85	1.028,00	6,15	0,60
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	404,70	401,06	-3,63	-0,90
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	445,10	397,63	-47,48	-10,67
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	85,64	88,58	2,94	3,43
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	115,87	127,18	11,31	9,76
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	48,74	59,11	10,37	21,28
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	92,71	41,83	-50,88	-54,88
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	585,62	573,55	-12,07	-2,06
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	376,14	375,80	-0,34	-0,09
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	18,69	21,46	2,77	14,83
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	179,40	163,85	-15,55	-8,67
4.4.1.3 Saúde	158,76	171,88	13,12	8,26
4.4.2 Discricionárias	209,48	197,75	-11,73	-5,60
4.4.2.1 Saúde	55,55	54,25	-1,29	-2,33
4.4.2.2 Educação	39,73	31,30	-8,43	-21,22
4.4.2.3 Defesa	12,78	13,84	1,07	8,35
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	8,39	11,07	2,69	32,02
4.4.2.7 Segurança Pública	3,56	3,84	0,28	7,94
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	-233,67	-41,93	191,74	-82,06

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

A Figura 3 nos permite consolidar o que tem sido discutido até aqui. Há um período de redução da dívida pública entre 2003 e 2014; pico durante a pandemia e uma pequena queda, mas sem retornar aos patamares pré-2014. Assim, destacamos novamente a necessidade de um ajuste estrutural nas receitas e despesas públicas. Esse ajuste deve articular medidas de aumento e reestruturação de receitas, bem como de redução e reestruturação de despesas. Entretanto, é necessário que um debate aprofundado e qualificado seja feito. O resultado desse debate pode resultar numa trajetória mais adequada da dívida pública, que resulte em uma estrutura de juros mais baixa na economia, o que poderia incentivar a atividade econômica.

Figura 3 – Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral, como % do PIB, entre janeiro de 2007 e setembro de 2025.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Uma parte dos efeitos da trajetória da política fiscal observada que foi destacada anteriormente pode ser acompanhada na Figura 4. Nela temos a taxa SELIC (over) anualizada, a expectativa de inflação em 12 meses, medida pelo IPCA, e uma medida de juros real, calculada pela diferença entre a SELIC e a expectativa de inflação¹⁴. Podemos observar que a taxa Selic possui uma trajetória de queda entre 2003 e o início de 2013. Por sua vez, a expectativa de inflação saiu de algo próximo de 12% em 2003 para ficar abaixo de 5% a partir do ano de 2005.

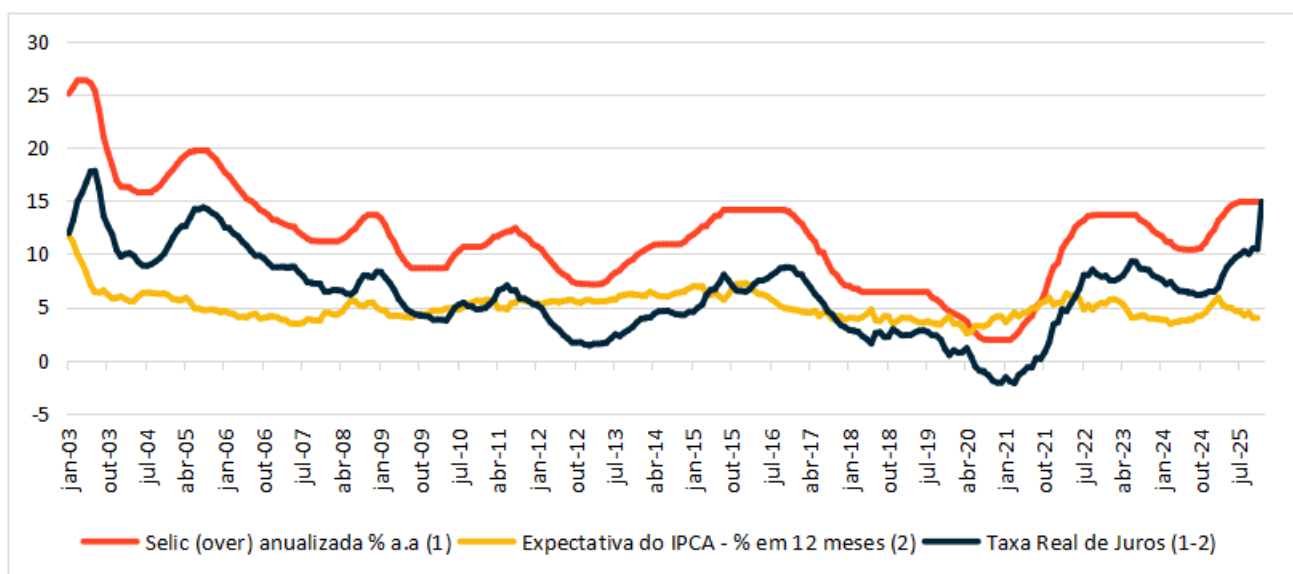
Neste período uma política de geração de superávits primários, que ajudaram a diminuir a pressão inflacionária e a reduzir o custo de carregamento da dívida. A medida da taxa real de juros

¹⁴ O cálculo utilizado foi: $1 + \frac{(1 + \frac{selic}{100}) - \frac{Expectativa\ de\ IPCA}{100}}{100}$.

também se reduziu entre 2003 e 2009, o que é positivo para a atividade econômica. Porém, é preciso destacar que há um período de redução da Selic ao mesmo tempo em que há um aumento da expectativa de inflação, entre 2008 e 2009, refletindo a expansão do gasto público para conter os efeitos da crise econômica de 2008.

Entre 2010 e 2011 ocorre um aumento da Selic e a taxa de juros real volta a ficar acima de 5%. Porém, ocorre a reversão da política macroeconômica que vinha sendo adotada até então, o chamado tripé macroeconômico, para a adoção da nova matriz macroeconômica (2012-2015). No campo fiscal e monetário, o que se observou foi a expansão do gasto público ao mesmo tempo em que houve a redução da taxa Selic. Em decorrência da adoção de uma política econômica expansiva, observamos a elevação da expectativa de inflação, ocasionando uma taxa de juros real baixa comparada com o padrão observado na economia brasileira. Pela história observada, não houve uma expansão da atividade econômica em decorrência da mudança de política econômica.

Figura 4 – SELIC (over) anualizada, Expectativa para o IPCA em 12 meses e Taxa Real de Juros (Selic – Expectativa IPCA).



Fonte: Banco Central do Brasil.

A partir de 2016 ocorre a mudança da condução da política econômica – reflexo do processo de impeachment – com a tentativa de redução do déficit primário, aumento da Selic, redução da expectativa de inflação e aumento dos juros reais. Mas o fato curioso é que já a partir de 2017 os juros reais voltam a ficar próximos do período da nova matriz macroeconômica, mantendo-se assim até o final de 2022. Inclusive, deve se destacar que entre 2020 e 2021 há um período de taxa de juros reais negativas, um fenômeno bastante raro. Provavelmente a queda da taxa real de juros entre 2016 e 2018 foi reflexo da política macroeconômica restritiva. Por sua vez,

a taxa negativa pode ser justificada pela necessidade de se manter a atividade econômica durante a pandemia, mas há alguma discussão sobre a necessidade de juros reais negativos.

A partir de 2023 os juros reais voltam a níveis bastante elevados, igualando o observado no início da série que apresentamos. E aqui cabe fazer um paralelo com os dilemas da política fiscal e monetária observadas em 2003 e como foram solucionadas. A dívida pública havia atingido valores elevados, o que gerava desconfiança sobre a capacidade de pagamento dela. Hoje temos uma dívida pública elevada que reflete o descompasso entre as receitas e despesas públicas que passou a ocorrer a partir de 2015 e que exige alguma discussão. O que destacamos é que há aqui a necessidade de um rearranjo da política econômica, especialmente a macroeconômica, que gere novamente um ciclo de estabilidade como o observado entre 2003 e 2010 (havendo alguma discordância sobre se houve estabilidade entre 2007 e 2010).

A Tabela 2 reforça uma característica do sistema financeiro nacional, que é a diferenciação entre o crédito livre e o direcionado. O crédito direcionado ofertado pelas principais instituições financeiras públicas nacionais, como BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e tem um direcionamento para atividades específicas. Já o crédito livre não tem vinculação com nenhuma atividade ou política específica.

Tabela 2 - Crédito: Proporção do PIB, Taxa média de juros, prazo médio das concessões e inadimplência janeiro de 2024 e outubro de 2025.

Data	% PIB		Juros Médios (% a.a.)		Prazo médio (m)		Inadimplência (%)	
	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado	Livre	Direcionado
jan/24	30,50	21,99	40,27	10,13	45,58	208,44	4,61	1,39
fev/24	30,35	21,97	40,27	9,88	45,05	206,00	4,58	1,42
mar/24	30,95	22,13	40,44	10,35	45,64	215,88	4,47	1,42
abr/24	30,74	22,10	40,20	9,97	46,18	207,62	4,55	1,43
mai/24	30,76	22,17	39,98	10,13	46,65	218,23	4,53	1,49
jun/24	31,17	22,24	39,97	10,39	46,90	212,74	4,44	1,39
jul/24	31,01	22,21	39,84	10,24	47,00	212,94	4,43	1,43
ago/24	31,15	22,39	39,72	10,19	47,24	213,20	4,44	1,50
set/24	31,42	22,50	39,78	9,85	45,83	206,65	4,44	1,51
out/24	31,35	22,64	40,17	10,44	46,39	215,48	4,36	1,53
nov/24	31,68	22,78	40,86	10,50	44,89	214,31	4,27	1,58
dez/24	32,08	22,95	40,74	10,69	45,42	221,39	4,08	1,38
jan/25	31,71	22,99	42,46	11,81	45,32	215,41	4,44	1,48
fev/25	31,67	23,06	43,85	10,86	44,48	220,40	4,51	1,54
mar/25	31,74	23,04	43,86	12,70	42,99	210,56	4,54	1,55
abr/25	31,69	23,11	45,01	11,91	43,64	218,75	4,82	1,68
mai/25	31,66	23,01	45,64	11,78	44,77	220,78	4,91	1,66
jun/25	31,56	23,09	45,89	11,63	45,50	215,37	4,99	1,63
jul/25	31,41	23,13	45,60	11,86	45,53	215,47	5,22	1,80
ago/25	31,43	23,18	45,86	11,68	43,71	212,30	5,38	2,01
set/25	31,52	23,37	45,49	11,13	43,44	213,38	5,27	2,03
out/25	31,62	23,54	46,26	11,60	44,13	213,18	5,33	2,21

Fonte: Banco Central do Brasil.

Como demonstrado na Tabela 2, vem ocorrendo no país uma expansão moderada do crédito em relação ao PIB, com o crédito livre saindo de 30,5% em janeiro de 2024 para 31,6% em outubro de 2025, enquanto o direcionado avança de 22,0% para 23,5%. Com relação as taxas de juros praticadas, vê-se que tanto para os créditos livres, quanto para os direcionados, estão em elevação desde o início de 2025, quando as taxas livres passam a subir de forma mais acentuada, de algo próximo a 40% para 46% ao ano. Isso ocorre em um quadro de elevação da taxa Selic.

Através do prazo médio das operações percebe-se que as instituições públicas são responsáveis por boa parte do crédito de longo prazo ofertado na economia brasileira, com prazos mantidos acima de 210 meses ao longo de todo o período, enquanto o crédito livre oscila entre 43 e 47 meses. Mesmo assim, é possível observar uma elevação da proporção dos créditos direcionados sobre o PIB nos últimos meses, o que sinaliza alguma retomada das atividades dos Bancos Públicos na oferta de crédito. Por sua vez, se observa uma elevação da inadimplência, que no crédito livre sai de 4,6% para 5,3% e no direcionado de 1,4% para 2,2%.

INFLAÇÃO BRASILEIRA: ENTRE O ARREFECIMENTO E AS PRESSÕES PERSISTENTES

Lucélia Ivonete Juliani

INTRODUÇÃO

A conjuntura inflacionária brasileira entre janeiro de 2023 e outubro de 2025 caracteriza-se por um processo de desinflação gradual, mas heterogêneo, influenciado tanto por fatores domésticos quanto por choques externos. Esse período sucede uma fase de forte volatilidade inflacionária associada à pandemia de COVID-19, à ruptura das cadeias globais de suprimentos, aos choques de oferta em alimentos e energia e às tensões geopolíticas que impactaram o comércio internacional. A partir de 2023, observa-se uma trajetória mais benigna nos preços de bens industrializados e comercializáveis, refletindo a normalização dos custos logísticos e a acomodação das commodities internacionais. Contudo, serviços e itens não comercializáveis mantêm-se como focos relevantes de persistência inflacionária, articulando-se com estruturas de mercado rígidas e com a dinâmica do mercado de trabalho — tema explorado com maior profundidade na Parte 3 desta análise.

A inflação é um indicador macroeconômico central, pois sintetiza múltiplas dimensões da economia: choques de oferta e demanda, funcionamento das cadeias produtivas, estrutura salarial, comportamento das expectativas, política monetária e condições financeiras globais. Assim, compreender sua evolução é fundamental para avaliar a eficácia das ações do Banco Central, a sustentabilidade da política fiscal, a competitividade das empresas e o bem-estar das famílias. A dinâmica recente da inflação brasileira evidencia a importância dessa abordagem integrada, uma vez que a desinflação observada no IPCA cheio tem sido acompanhada por rigidez nos núcleos de inflação e por sensibilidade aos movimentos cambiais e aos preços internacionais, como analisado nas Partes 3 e 4.

O objetivo desta carta de conjuntura é examinar de forma sistemática a evolução dos preços no Brasil entre janeiro de 2023 e outubro de 2025, com ênfase na trajetória do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na decomposição por grupos e classificações, no comportamento dos núcleos de inflação e na interação entre fatores domésticos e externos. Além disso, busca-se situar a experiência brasileira em perspectiva internacional, comparando-a com a inflação mundial e a dos Estados Unidos, conforme discutido na Parte 5. Aspectos como

volatilidade cambial, preços internacionais do petróleo, dinâmica das commodities agrícolas e industriais, reorganização das cadeias globais e mudanças recentes na política tarifária dos Estados Unidos são considerados para avaliar a sensibilidade da economia brasileira a choques externos.

As informações utilizadas provêm de bases de dados oficiais e reconhecidas internacionalmente — incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco Central do Brasil (BCB), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Ao reunir essas evidências e articulá-las com a literatura econômica contemporânea, esta carta busca oferecer um panorama rigoroso, acessível e analiticamente consistente da inflação brasileira recente, destacando seus determinantes, tendências e implicações para a condução da política monetária — tema aprofundado na Parte 6.

DESACELERAÇÃO RECENTE DA INFLAÇÃO E SEUS MOTORES

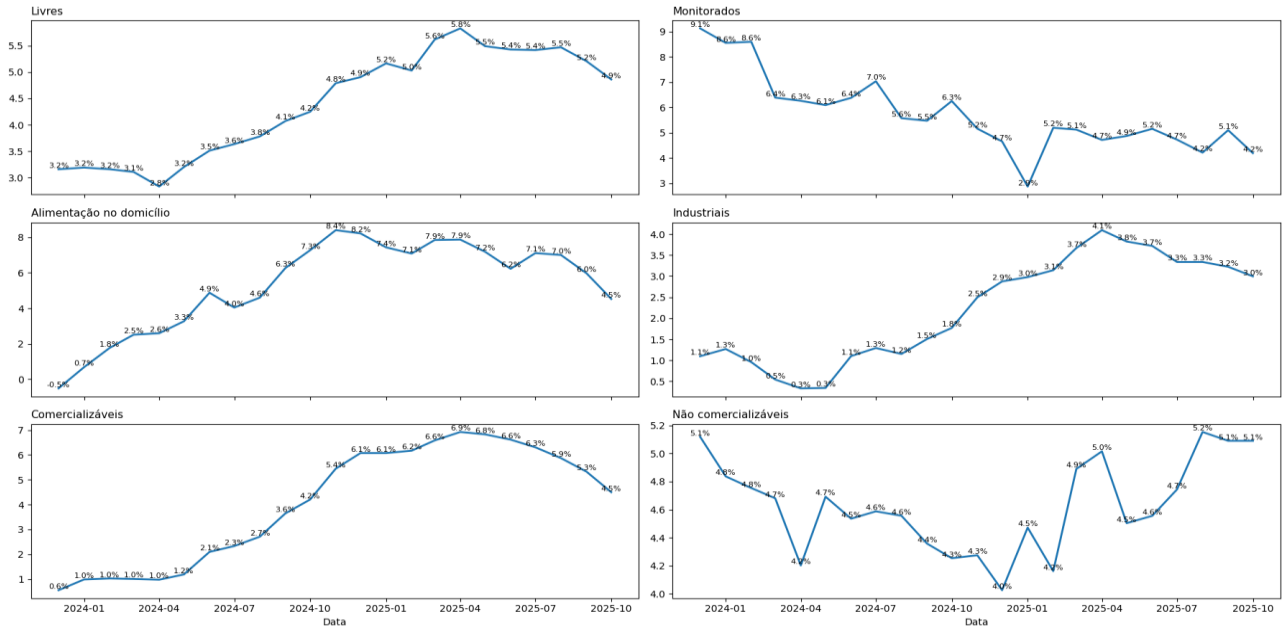
A inflação brasileira apresenta, entre janeiro de 2023 e outubro de 2025, um movimento consistente de desaceleração, embora esse processo se manifeste de forma heterogênea entre os diferentes grupos que compõem o IPCA. A trajetória do índice cheio reflete a dissipação de choques de oferta no período pós-pandemia — fenômeno amplamente documentado pela OCDE (2024) como parte da normalização das cadeias globais de suprimentos — e pelos efeitos defasados da política monetária doméstica, que contribuiu para moderar a demanda agregada e ancorar expectativas inflacionárias, conforme discutido pelo Banco Central do Brasil em seu Relatório de Inflação (BCB, 2024).

A Figura 1, que sintetiza a evolução das classificações do IPCA, evidencia essa heterogeneidade, mostrando que a intensidade da desaceleração varia entre preços livres, monitorados e não comercializáveis. Entre os preços livres, destaca-se o comportamento de alimentação no domicílio, cuja trajetória descendente decorre da recomposição da oferta agrícola após eventos climáticos adversos registrados no início de 2023. Esse movimento também é coerente com os relatórios da FAO (2024), que indicam redução nos preços internacionais de grãos e carnes, além da queda persistente nos custos logísticos globais. O IBGE (2025), em seus comentários mensais do IPCA, confirma que a normalização das cadeias agroalimentares exerceu papel decisivo na contenção da inflação corrente.

Para os bens industrializados, observa-se igualmente um processo de arrefecimento, favorecido pelo restabelecimento das cadeias globais de produção e pela queda dos custos de insumos importados, incluindo fretes marítimos e commodities industriais. Evidências

semelhantes já haviam sido apontadas por Carvalho e Nechio (2022), que destacam o impacto da redução das pressões globais de oferta sobre a inflação de bens comercializáveis. Nos relatórios recentes, a OCDE (2024) e o BCB (2025) reforçam que a menor pressão sobre a demanda interna contribuiu para a desaceleração desse segmento — movimento claramente visível na Figura 1.

Figura 1. Dinâmica recente das classificações do IPCA e sua contribuição para o processo de desinflação (acumulado em 12 meses)



Fonte: IBGE/SNIPC. Dados do IPCA por grupos e subgrupos. Cálculos e elaboração própria.

Os preços monitorados, por sua vez, mantiveram comportamento mais estável ao longo do período. Apesar de sujeitos a reajustes regulatórios, sua contribuição para a inflação foi limitada entre 2024 e 2025. A estabilidade dos preços internos da gasolina e do diesel — relatada pela ANP (2025) e influenciada pelo comportamento do petróleo no mercado internacional — evitou a transmissão de choques externos ao IPCA, corroborando a observação de que esse grupo não foi fonte significativa de pressão inflacionária no período.

Em sentido oposto, os não comercializáveis, particularmente os serviços, continuam exibindo maior resistência ao processo de desinflação. A literatura aponta que a inflação de serviços é fortemente condicionada por fatores internos, especialmente o mercado de trabalho (Blanchard & Johnson, 2023). O BCB (2025) destaca que o aumento da renda real e o baixo nível de desemprego sustentaram a demanda por serviços, limitando a desaceleração desse segmento. A Figura 1 ilustra de forma clara essa persistência, mostrando que os serviços permanecem acima da variação acumulada do índice cheio.

Em síntese, a desinflação entre 2023 e 2025 decorre principalmente da acomodação dos preços de alimentos e bens industrializados, enquanto serviços e demais itens não

comercializáveis persistem como focos de pressão. A heterogeneidade destacada na Figura 1 é essencial para compreender a dinâmica inflacionária recente e para avaliar os limites e a eficácia da política monetária, fornecendo elementos fundamentais para a análise da inflação de núcleo apresentada na seção subsequente.

A INFLAÇÃO DE SERVIÇOS COMO COMPONENTE PERSISTENTE

A despeito da desaceleração do IPCA entre janeiro de 2023 e outubro de 2025, a inflação de serviços continua sendo o componente mais resistente do processo desinflacionário brasileiro. Ao contrário dos bens industrializados e dos alimentos — mais diretamente afetados por choques de oferta, variações do câmbio e normalização das cadeias globais —, os serviços respondem de maneira mais lenta à política monetária e apresentam forte inércia. Essa característica estrutural é amplamente discutida na literatura macroeconômica, que destaca a rigidez nominal e a lenta recomposição dos preços em setores intensivos em mão de obra (Blanchard & Johnson, 2023; Calvo, 1983).

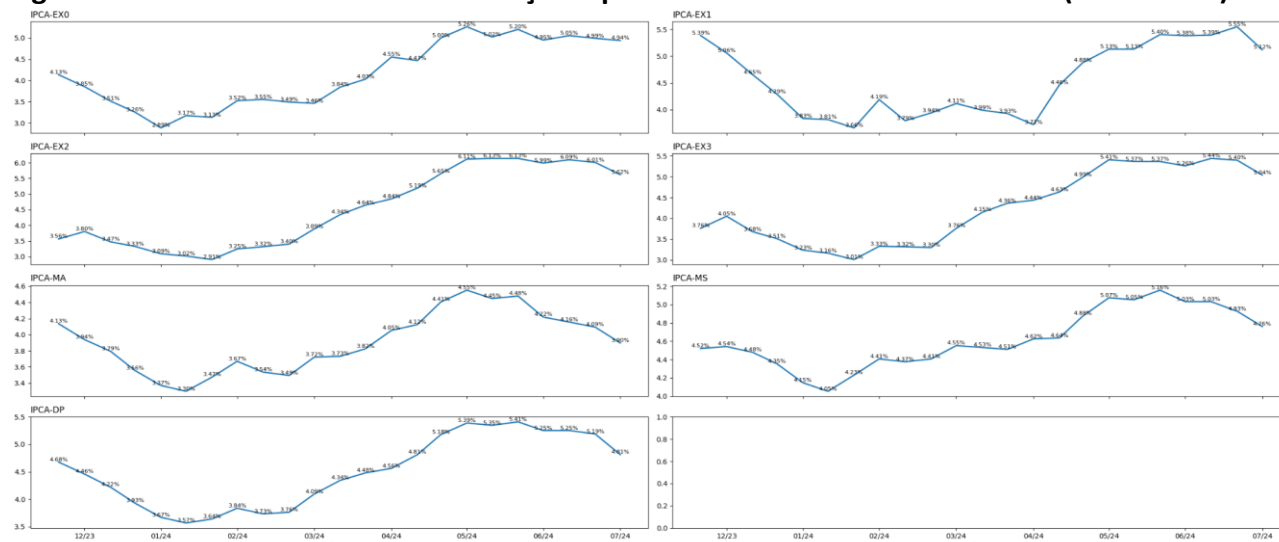
A Figura 2, que apresenta a variação mensal dos principais núcleos de inflação, confirma esse padrão. Enquanto alimentos, industrializados e monitorados mostraram desaceleração mais clara ao longo de 2024 e 2025, os núcleos de inflação — em especial EX2, EX3, média aparada (MA) e média suavizada (MS) — permanecem em níveis compatíveis com uma pressão inflacionária persistente. Segundo o Banco Central do Brasil (2024; 2025), os núcleos têm papel central na avaliação da tendência subjacente dos preços, pois excluem itens voláteis e captam a dinâmica associada à demanda doméstica e aos mecanismos de indexação.

Os núcleos EX2 e EX3, que removem itens voláteis e administrados, apresentam oscilações concentradas entre 0,30% e 0,60% ao mês, sugerindo que a inflação subjacente segue acima do patamar necessário para uma convergência rápida à meta. Já a média aparada e a média suavizada indicam desaceleração gradual, porém insuficiente para caracterizar alívio substancial. Esses resultados são compatíveis com a análise de Carvalho e Nechio (2022), que mostram como pressões estruturais e recuperação da atividade podem manter a inflação resistente mesmo após a normalização de cadeias produtivas e redução dos custos globais.

Dois fatores explicam a persistência inflacionária dos serviços. Primeiro, o mercado de trabalho aquecido, marcado por baixa taxa de desemprego e aumento real dos salários, sustenta a demanda por serviços e eleva custos operacionais, retardando a transmissão da política monetária. Essa relação entre mercado de trabalho, custos e preços é enfatizada nas análises recentes do BCB (2024) e nos boletins setoriais do IBGE (2024–2025). Segundo, a inércia inflacionária típica dos

serviços — associada a contratos rígidos, mecanismos de indexação e menor grau de competição — limita a velocidade com que empresas conseguem ou se dispõem a ajustar preços, comportamento previsto no modelo de rigidez de preços de Calvo (1983).

Figura 2. Dinâmica dos núcleos de inflação e persistência inflacionária no Brasil (2023–2025)



Ao mesmo tempo, enquanto setores como alimentos e industrializados já refletem a recomposição das cadeias globais, documentada pela OCDE (2024), pela FAO (2024) e pela queda dos custos de transporte internacional, os serviços seguem condicionados a fatores domésticos mais persistentes. A Figura 2 deixa explícito que, mesmo com o arrefecimento dos componentes mais voláteis, o núcleo permanece elevado.

Em síntese, os núcleos de inflação mostram que a pressão inflacionária subjacente permanece significativa entre 2023 e 2025. Essa rigidez dos serviços impõe desafios adicionais à política monetária, reduzindo o ritmo de convergência para a meta e exigindo cautela na condução da taxa Selic. Tal diagnóstico é coerente com as análises apresentadas no Relatório de Inflação do BCB (2024–2025) e com as tendências estruturais observadas pelo IBGE no comportamento dos preços administrados e dos serviços.

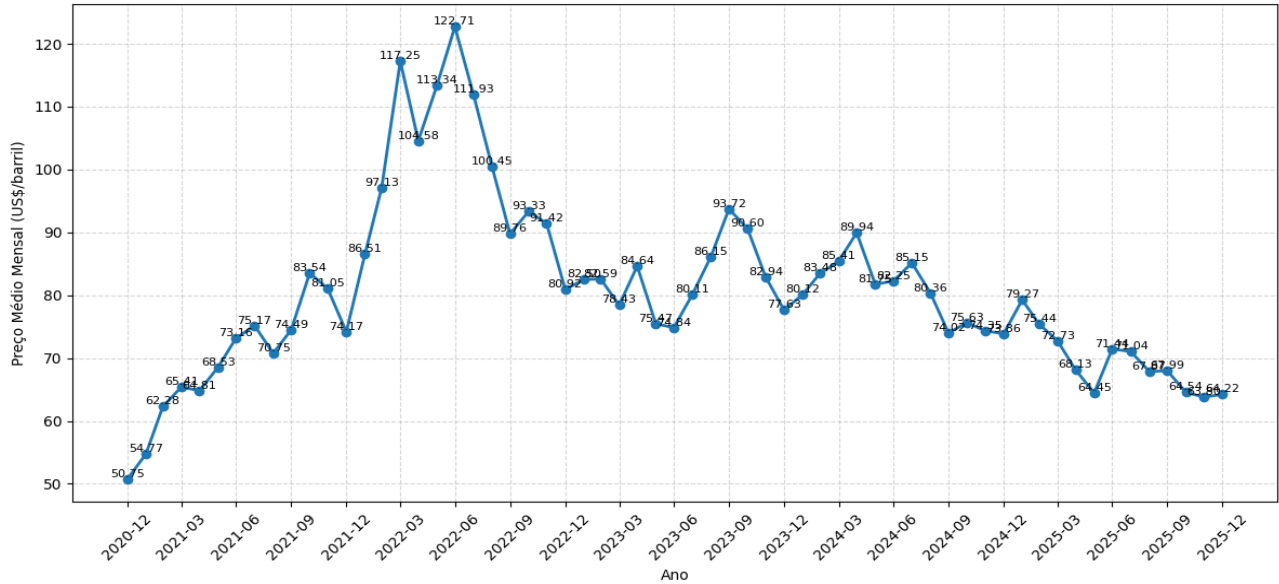
PRESSÕES EXTERNAS SOBRE A INFLAÇÃO BRASILEIRA

O comportamento da inflação brasileira entre janeiro de 2023 e outubro de 2025 foi fortemente condicionado pelo ambiente internacional, cuja influência se manifesta tanto por meio da taxa de câmbio quanto pelos preços de commodities e pelos desdobramentos geopolíticos que afetam as cadeias globais de suprimentos. Embora o processo de desinflação observado no período tenha sido favorecido pela normalização logística e pelo recuo dos custos globais de

transporte — fenômenos amplamente documentados pela OCDE (2024) e reconhecidos pelo Banco Central do Brasil (2024) —, o cenário externo permaneceu marcado por elevada volatilidade. Nesse contexto, a economia brasileira continuou exposta a choques de natureza comercial, energética e financeira, que se traduziram em oscilações nos preços domésticos, especialmente entre os bens comercializáveis.

A dinâmica dos preços internacionais do petróleo ilustra de maneira clara essa influência. O Brent registrou oscilações significativas entre 2024 e 2025, refletindo tensões persistentes no Oriente Médio, interrupções logísticas em rotas marítimas estratégicas, alterações nas políticas de produção da OPEP+ e incertezas quanto ao desempenho das economias avançadas. Relatórios da ANP (2024–2025) e do BCB (2024) indicam que, embora a política de preços da Petrobras tenha reduzido a sensibilidade imediata da gasolina e do diesel às flutuações internacionais, parte dessas pressões foi transmitida ao consumidor, influenciando o comportamento dos preços monitorados. Esse movimento, contudo, não foi suficiente para produzir aceleração inflacionária persistente, diferentemente de episódios anteriores em que a variação do petróleo exerceu impacto mais direto sobre o IPCA.

Figura 3. Preço internacional do petróleo Brent (USD/barril)

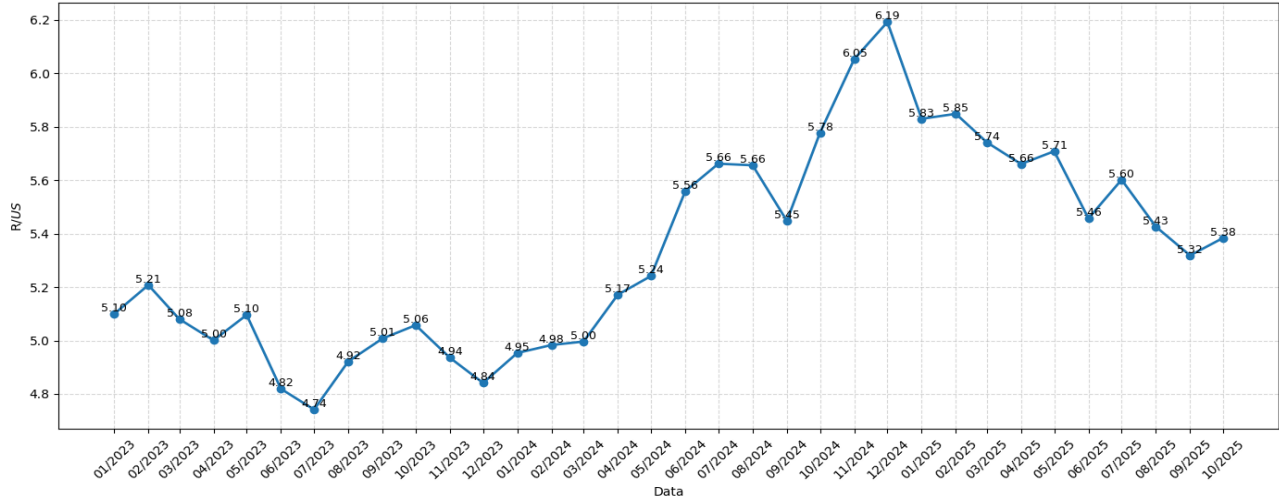


Fonte: FRED – Federal Reserve Economic Data (série DCOILBRETEU), com dados originais da U.S. Energy Information Administration (EIA). Elaboração própria.

Outro vetor central de transmissão das pressões externas para os preços domésticos foi a volatilidade cambial. As Figuras de câmbio apresentadas mostram que o real oscilou de forma significativa entre o início de 2023 e outubro de 2025, com momentos de apreciação, mas também episódios de forte depreciação, particularmente no segundo semestre de 2024, quando a

taxa superou R\$ 6,00 por dólar. Essas oscilações refletiram mudanças nas expectativas de política monetária nos Estados Unidos e Europa, além de episódios de maior aversão global ao risco e debates internos sobre a sustentabilidade fiscal brasileira. A literatura e as análises recentes do BCB (2024–2025) indicam que, embora o repasse cambial tenha diminuído nas últimas décadas, ele permanece relevante em setores dependentes de insumos importados, como eletroeletrônicos, combustíveis e alimentos exportáveis. Assim, a volatilidade cambial atuou como elemento moderador do processo de desinflação, compensando parcialmente os efeitos benignos da queda das commodities internacionais.

Figura 4. Taxa de câmbio – Dólar americano (venda) em R\$/US\$

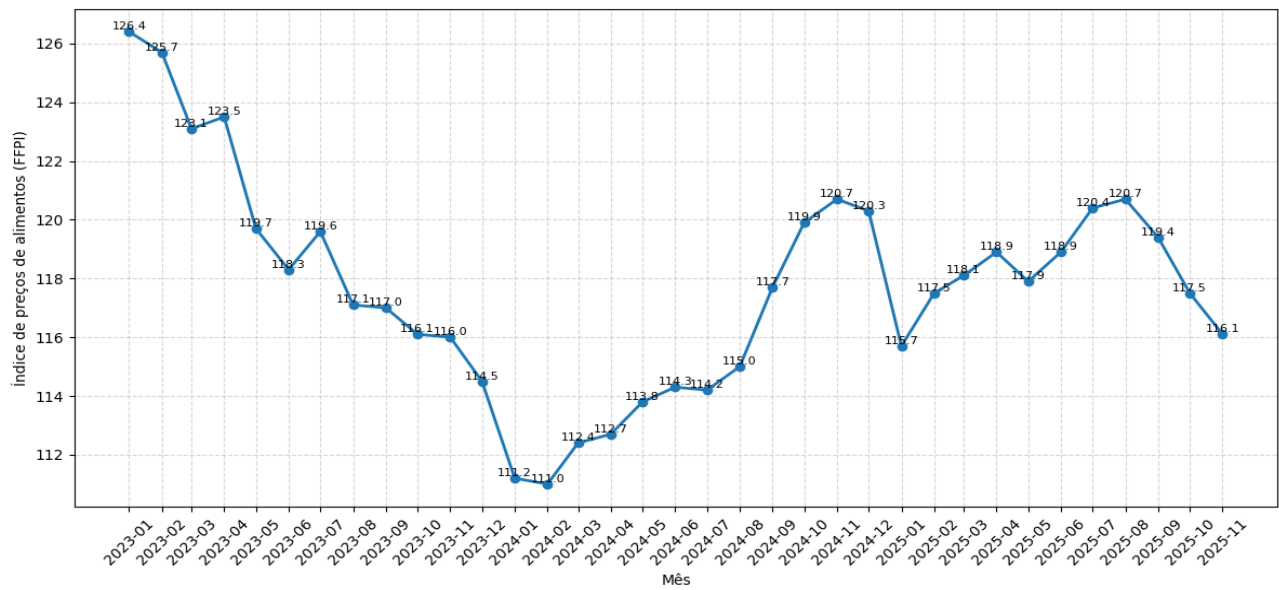


Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Sistema de Séries Temporais (SGS), série 1 – Taxa de câmbio comercial (venda). Elaboração própria.

A evolução dos preços das commodities agrícolas e industriais também desempenhou papel importante no período. Os índices internacionais de alimentos monitorados pela FAO (2024) registraram queda acentuada ao longo de 2023 e atingiram seu ponto mínimo no início de 2024, movimento claramente visível na Figura 5. Essa redução contribuiu para a desaceleração dos preços de alimentação no domicílio no Brasil, reforçada pela recomposição das cadeias de suprimentos globais e pela normalização dos estoques de grãos e proteínas, conforme já discutido na Seção 2 e relatado pelo IBGE (2024–2025). A partir do segundo semestre de 2024, observa-se uma recuperação parcial do índice, embora sem retorno aos níveis de 2023, o que é coerente com um ambiente internacional mais equilibrado, mas ainda sujeito a choques. Eventos climáticos extremos associados a El Niño e La Niña mantiveram incertezas sobre a oferta global e explicam parte das oscilações observadas em 2025. As commodities industriais, por sua vez, exibiram trajetória de acomodação, favorecendo a queda dos preços dos bens industrializados no mercado

interno — resultado consistente com análises do IPEA (2024) e da OCDE (2024), que destacam a redução dos custos internacionais de produção e transporte.

Figura 5. Evolução do índice global de preços de alimentos – FAO FFPI



Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). FAO Food Price Index. Elaboração própria.

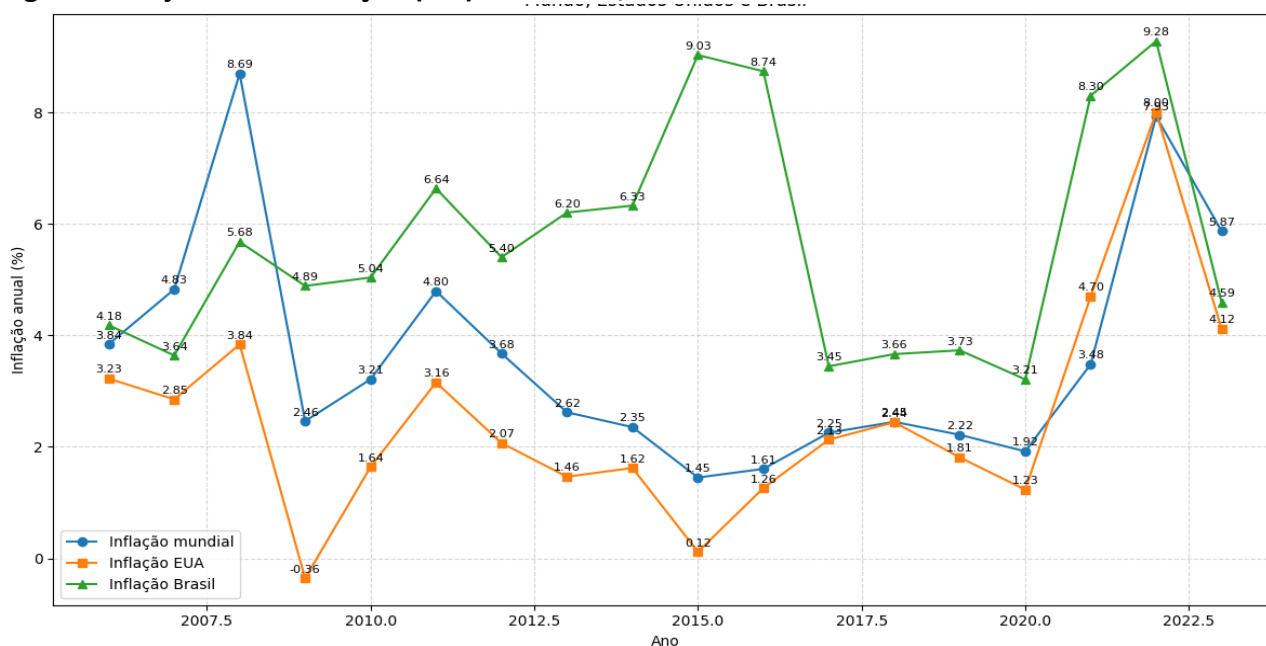
Por fim, a nova política tarifária dos Estados Unidos introduziu uma camada adicional de incerteza ao ambiente internacional. A ampliação das tarifas de importação sobre produtos chineses, aço, alumínio, semicondutores e veículos elétricos aumentou o risco de fragmentação comercial e gerou instabilidade nos fluxos globais de produção. Embora seus efeitos completos ainda estejam se materializando, estudos da OCDE (2024) indicam que tarifas mais elevadas tendem a pressionar custos globais, intensificar a aversão ao risco e gerar volatilidade cambial em economias emergentes. Esses fatores podem, por diversos canais, influenciar a inflação brasileira, seja por meio do encarecimento de insumos industriais, seja pela maior instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

Em conjunto, esses elementos revelam que o ambiente externo desempenhou papel ambíguo no processo inflacionário recente: por um lado, a queda das commodities e a normalização logística favoreceram a desinflação; por outro, a volatilidade cambial, as oscilações do petróleo e as tensões comerciais exerceram pressões contrárias, retardando a convergência plena da inflação para a meta. Assim, a trajetória inflacionária brasileira entre 2023 e 2025 deve ser compreendida como resultado da interação entre forças domésticas — discutidas nas seções anteriores — e choques externos cuja evolução segue incerta e exige acompanhamento contínuo.

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS PARA CONTEXTUALIZAR O BRASIL

A compreensão da dinâmica inflacionária brasileira entre 2023 e 2025 se torna mais completa quando situada no contexto internacional, especialmente ao comparar a trajetória doméstica com a inflação mundial agregada e com a evolução dos preços nos Estados Unidos. A Figura 6, que apresenta a inflação anual de 2005 a 2023 para o mundo, os Estados Unidos e o Brasil, evidencia que os choques inflacionários pós-pandemia foram amplos e sincronizados, afetando tanto economias avançadas quanto emergentes, como observado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2024) e pela OCDE (2024). A partir de 2022, no entanto, os ritmos de desinflação passaram a divergir entre regiões, revelando diferenças estruturais nos mercados de trabalho, nos mecanismos de indexação e na resposta das políticas monetárias nacionais — aspectos discutidos por Blanchard e Johnson (2023).

Figura 6. Trajetória da inflação (CPI) no mundo, Estados Unidos e Brasil – 2005–2023



Fonte: DBnomics; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Consumer Prices (CPI). Elaboração própria.

A leitura conjunta da Figura 6 mostra que o Brasil apresenta, em vários momentos recentes, uma desinflação mais rápida e consistente do que a observada nos Estados Unidos e até mesmo em relação à inflação mundial agregada. O choque inflacionário brasileiro de 2021–2022 foi intenso, mas a trajetória subsequente revela uma recomposição mais ágil à medida que os preços de alimentos e bens industrializados se normalizaram, conforme analisado nas Seções 2 e 4 desta Carta. Essa resposta relativamente mais forte está alinhada à intensidade do aperto monetário implementado pelo Banco Central do Brasil — que iniciou o ciclo de elevação da taxa básica de

juros antes das economias avançadas, política destacada tanto no Relatório de Inflação (BCB, 2024, 2025) quanto na literatura recente sobre a atuação dos bancos centrais em economias emergentes (Carvalho & Nechio, 2022).

Nos Estados Unidos, a inflação exibiu maior resistência, especialmente no componente de serviços, cujo comportamento está fortemente relacionado ao mercado de trabalho apertado e ao elevado custo da moradia — fenômeno amplamente reconhecido pelo Federal Reserve e pela literatura macroeconômica (Blanchard & Johnson, 2023). A Figura 6 mostra que a desaceleração norte-americana ocorre em ritmo mais moderado, o que levou o Federal Reserve a adotar postura cautelosa no início do processo de flexibilização monetária. A divergência entre a desinflação brasileira e a norte-americana reflete, em parte, diferenças estruturais nos mecanismos de indexação, na rigidez dos salários e na composição da cesta de consumo.

No agregado mundial, observa-se trajetória de desaceleração desde 2023, coerente com a queda das commodities, a normalização das cadeias globais de suprimentos e o recuo dos custos logísticos internacionais, como documentado pela OCDE (2024). Entretanto, episódios geopolíticos — incluindo conflitos no Oriente Médio, tensões no Mar Vermelho e a reorganização das cadeias produtivas diante das novas tarifas impostas pelos Estados Unidos — introduzem incertezas importantes, contribuindo para surtos pontuais de inflação global. A Figura 6 capta esses movimentos ao mostrar oscilações associadas a choques internacionais que afetaram a inflação mundial mais intensamente do que a brasileira em determinados anos.

Apesar de o Brasil se destacar positivamente no processo de desinflação recente, permanecem desafios estruturais que aproximam o país da experiência internacional. Assim como nos Estados Unidos, a inflação de serviços no Brasil mantém resistência à queda, refletindo rigidez contratual, indexação parcial e aquecimento do mercado de trabalho — fenômenos discutidos no Item 3 e amplamente analisados em modelos de rigidez de preços e salários (Calvo, 1983). Essa semelhança reforça que a persistência inflacionária é, ao menos em parte, um fenômeno global associado à composição dos serviços e ao papel da mão de obra.

Por outro lado, a economia brasileira apresenta maior vulnerabilidade a choques externos em comparação com economias de moeda forte. A volatilidade cambial, evidenciada ao longo de 2024 e 2025 e discutida na Seção 4, intensifica o repasse para bens comercializáveis e amplia a sensibilidade da inflação doméstica a mudanças na política monetária norte-americana. Movimentos abruptos de aversão ao risco — desencadeados por conflitos geopolíticos, alterações tarifárias ou revisões nas expectativas sobre os juros dos EUA — podem, portanto, limitar o ritmo de convergência inflacionária no Brasil, como ressaltado pelo BCB (2024) e pelo FMI (2024).

Em síntese, a comparação internacional mostra que o Brasil avança de forma relativamente mais rápida no processo de desinflação, mas compartilha com outros países importantes — sobretudo com os Estados Unidos — a persistência inflacionária no setor de serviços. A Figura 6 reforça visualmente essa leitura ao mostrar que o choque inflacionário global foi comum, mas sua dissipação ocorre de maneira assimétrica. A sustentabilidade da desinflação brasileira dependerá, em grande parte, da estabilidade do ambiente internacional, do comportamento da taxa de câmbio e da capacidade de absorção de choques externos sem comprometer a tendência benigna observada no índice cheio.

PERSPECTIVAS E CONDICIONANTES DA POLÍTICA MONETÁRIA

A evolução da inflação brasileira entre janeiro de 2023 e outubro de 2025 revela um processo de desinflação relevante, mas ainda incompleto. Como analisado nas seções anteriores, a desaceleração dos preços de alimentos e dos bens industrializados — apoiada na normalização das cadeias globais e na queda das commodities (OCDE, 2024; FAO, 2024) — contribuiu para reduzir o IPCA cheio. Entretanto, a persistência inflacionária nos serviços e a rigidez dos núcleos subjacentes permanecem como obstáculos centrais à convergência da inflação para o centro da meta, fenômeno amplamente discutido na literatura macroeconômica sobre preços rígidos e inércia inflacionária (Calvo, 1983; Blanchard & Johnson, 2023). Esse quadro reforça a necessidade de cautela na condução da política monetária.

Nesse ambiente, as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) seguem condicionadas a um conjunto complexo de fatores internos e externos. Do lado doméstico, o mercado de trabalho aquecido, com taxa de desemprego reduzida e crescimento da renda real, sustenta a demanda por serviços e dificulta a desaceleração dos preços desse segmento — dinâmica analisada por Carvalho e Nechio (2022) e enfatizada pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2024; 2025). Os núcleos de inflação, embora em trajetória descendente, recuam de forma gradual, sinalizando que o processo de desinflação estrutural ainda não está consolidado. As expectativas inflacionárias de médio e longo prazo, embora relativamente ancoradas, permanecem sensíveis tanto à evolução da política fiscal quanto à dinâmica do cenário internacional, como reiterado nos Relatórios de Inflação do BCB (2024; 2025). Nesse contexto, comunicação clara e previsibilidade da política monetária tornam-se elementos centrais para preservar a credibilidade do regime de metas.

No ambiente externo, as condições financeiras internacionais seguem desempenhando papel crucial. A possibilidade de manutenção prolongada dos juros de referência nos Estados

Unidos, em resposta à persistência inflacionária naquele país — sobretudo no setor de serviços, conforme destaca o FMI (2024) — tende a exercer pressão depreciativa sobre moedas emergentes, inclusive o real. A volatilidade cambial observada ao longo de 2024 e 2025 amplia o risco de repasse inflacionário para bens comercializáveis, como discutido na Seção 4. Além disso, os episódios recorrentes de tensão geopolítica continuam impactando mercados de energia e rotas logísticas, ampliando a incerteza e reduzindo a previsibilidade necessária para decisões de política monetária em economias emergentes.

Outro condicionante relevante é a reconfiguração tarifária promovida pelos Estados Unidos, cujo potencial de fragmentação das cadeias globais de produção pode gerar pressões inflacionárias adicionais nos países centrais (OCDE, 2024). Caso esse movimento resulte em custos mais elevados para insumos industriais, é provável que bancos centrais de economias avançadas prolonguem o ciclo monetário restritivo. Essa postura tende a reduzir o espaço para políticas mais expansionistas no Brasil, uma vez que a manutenção de um diferencial de juros adequado permanece fundamental para assegurar atratividade aos fluxos de capitais, estabilidade cambial e controle inflacionário.

À luz desses condicionantes, o cenário prospectivo para 2025 sugere a manutenção de uma postura monetária prudente. A continuidade do ciclo de cortes da Selic dependerá diretamente da velocidade de desaceleração da inflação de serviços, do comportamento dos núcleos e da evolução das expectativas. Caso esses indicadores apontem melhora consistente, abre-se espaço para reduções adicionais na taxa básica. Contudo, a persistência inflacionária subjacente, a deterioração da percepção fiscal ou um agravamento das condições externas podem levar o Copom a optar por uma pausa técnica, preservando a convergência da inflação para a meta e evitando movimentos que comprometam a credibilidade do regime.

Em síntese, a condução da política monetária nos próximos trimestres exigirá um equilíbrio delicado entre o progresso já observado no processo de desinflação e os riscos remanescentes no ambiente doméstico e internacional. A interação entre pressões internas — especialmente aquelas associadas ao mercado de trabalho e à inflação de serviços — e condicionantes externos — como política monetária global, câmbio e dinâmica geopolítica — continuará determinando o ritmo de afrouxamento monetário. Nesse contexto, a credibilidade da política econômica, tanto fiscal quanto monetária, permanecerá fundamental para assegurar a estabilidade de preços no médio prazo.

CONCLUSÃO

A trajetória da inflação brasileira entre janeiro de 2023 e outubro de 2025 revela um processo de desinflação significativo, ainda que marcado por assimetrias que limitam sua plena consolidação. A redução dos preços de alimentos e bens industrializados — impulsionada pela normalização das cadeias globais, pela acomodação das commodities e pelo arrefecimento dos custos logísticos — contribuiu de forma decisiva para o recuo do IPCA. Entretanto, a persistência da inflação de serviços e a lentidão dos núcleos subjacentes evidenciam que os vetores estruturais da inflação brasileira permanecem ativos, como sugere a literatura sobre rigidez de preços e dinâmica do mercado de trabalho em economias emergentes.

O contexto internacional reforça esses desafios. A volatilidade dos preços de energia, a instabilidade cambial e os desdobramentos geopolíticos — incluindo a intensificação das tensões comerciais e a reorganização de cadeias produtivas — continuam condicionando o comportamento dos bens comercializáveis e a formação das expectativas domésticas. Embora o Brasil apresente desempenho relativamente mais favorável que a média internacional, essa vantagem convive com vulnerabilidades típicas de economias dependentes de fluxos externos e sujeitas a oscilações abruptas de aversão ao risco.

Diante desse cenário, a política monetária se mantém como o principal instrumento de estabilização, mas sua atuação enfrenta limites claros. A persistência inflacionária nos serviços reduz a capacidade de acelerar o processo de flexibilização monetária, ao passo que o ambiente externo impõe cautela adicional na administração do diferencial de juros e na preservação da estabilidade cambial. Assim, a política econômica — monetária e fiscal — precisa atuar de forma coordenada para reforçar a credibilidade institucional, sustentar expectativas ancoradas e mitigar os efeitos de choques externos.

Em síntese, o avanço da desinflação brasileira é real, mas ainda frágil. Sua sustentação dependerá da capacidade de reduzir pressões estruturais, sobretudo no setor de serviços; de fortalecer a resiliência macroeconômica frente a choques internacionais; e de assegurar um ambiente doméstico estável e previsível. A consolidação desse processo exige vigilância contínua, coerência das políticas públicas e compromisso com a estabilidade de preços como condição para um crescimento econômico duradouro.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). **Boletim Mensal do Petróleo, Gás Natural e Combustíveis**. Brasília, várias edições, 2023–2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Inflação**. Brasília, diversas edições, 2023–2025.

BLANCHARD, O.; JOHNSON, D. **Macroeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2023.

CARVALHO, C.; NECHIO, F. Global Supply Chain Pressures and Inflation. **FRBSF Economic Letter**, 2022.

DBNOMICS. **Global Macroeconomic Data Platform**. Paris, 2023–2025.

FAO – Food and Agriculture Organization. **Food Price Index Reports**. Rome, 2023–2025.

FRED – Federal Reserve Economic Data. **Série DCOILBRENTU** – Brent Crude Oil Prices. St. Louis: Federal Reserve Bank of St. Louis, 2023–2025. Dados originais da U.S. Energy Information Administration (EIA).

FMI – Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook**. Washington, 2023–2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IPCA – **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**: Comentários Mensais. Rio de Janeiro, 2023–2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura e Indicadores de Preços**. Brasília, 2023–2025.

OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development. **OECD Economic Outlook**. Paris: OECD Publishing, 2023–2025.

Carlos Hernan Rodas Cespedes

Um primeiro olhar às contas externas do país, conforme detalhadas na Tabela 1, abaixo, permitem descobrir que os saldos mensais e acumulados da balança comercial foram na sua maioria superavitários (com exceção do valor mensal de fevereiro), apesar da turbulência gerada pelo governo estadounidense com a nova política tarifaria imposta contra as exportações dos seus parceiros comerciais, de forma oposta ao que o livre comercio propõe e a economia liberal exige.

Observando com mais atenção o desempenho mensal das exportações, descobre-se que a sua tendencia crescente sofreu uma desaceleração nos meses de agosto, setembro e outubro, em comparação com o valor de julho, denunciando, provavelmente, o efeito das tarifas impostas pelo governo estadounidense sobre alguns produtos da pauta exportadora brasileira, entre os quais a CNN procurou destacar com dados correspondentes a 2024: o café não torrado cujo valor exportado tinha alcançado US\$ 1,9 bilhões; as instalações e equipamentos de engenharia com valor negociado de US\$ 1,5 bilhões; a carne bovina cujas vendas totalizaram US\$ 944 milhões; a madeira parcialmente trabalhada e dormentes totalizando o valor de US\$ 737 milhões; a cal, cimento e outros materiais de construção representando US\$ 709 milhões; e, os açúcares e melaços, representando US\$ 610 milhões. A soma desses representou no ano de 2024 um valor de US\$ 6,4 bilhões.

Tabela 1. Balança Comercial do Brasil, valores correntes e acumulados. 2025, em bilhões US\$.

Mês	Exportações	Importações	Saldo Comer. .	Export. Acum.	Imp. Acum.	Saldo Acum.
Jan	25,38	23,07	2,32	25,38	23,07	2,32
Fev.	22,74	23,23	-0,49	48,13	46,30	1,83
Mar.	28,72	21,03	7,70	76,85	67,33	9,52
Abr.	29,89	22,27	7,61	106,74	89,60	17,14
Mai.	29,93	22,93	7,00	136,67	112,53	24,14
Jun.	28,97	23,27	5,70	165,64	135,80	29,84
Jul.	32,08	25,25	6,83	197,72	161,06	36,67
Ago.	29,54	23,72	5,82	227,26	184,77	42,49
Set.	30,49	27,55	2,94	257,76	212,33	45,43
Out.	31,98	25,01	6,96	289,73	237,34	52,39
Nov.	7,80	5,99	1,81	297,53	243,33	54,21
Dez.	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Comercio Exterior. Ministério do Desenvol. Indústria Comercio e Serviços

Apesar do sensível recuo, é também notório a recuperação do valor das exportações, como pode ser observado ao comparar o desempenho de agosto, setembro e outubro com o valor de julho, antes do início do tarifaço. A queda do valor de agosto em relação a julho foi a maior, -7,9%; a de setembro em relação ao mesmo mês foi de -4,94%, e, a queda de outubro em relação a julho foi ainda menor, tão somente -0,333%, o que denota a fortaleza e a flexibilidade do setor exportador brasileiro em superar as medidas que foram impostas. Algo parecido ocorre com os saldos comerciais mensais ao longo desses três meses, observe que o valor mensal de outubro alcança o maior valor desde junho, US\$ 6,96 bilhões.

Outra observação a respeito do efeito relativo do tarifaço decorre logo que comparamos os valores das exportações do ano de 2025 em relação aos do ano anterior, especificamente nos meses que evidenciam o recuo: agosto, setembro e outubro. A Tabela 2 retrata tal situação, evidenciando que os valores exportados em 2025 foram maiores que os do ano anterior, apesar do tarifaço.

Tabela 2. Comparação exportações de 2025 e 2024

Meses	Export. 2025 US\$ bilhões	Export. 2024 US\$ bilhões
Agosto	29,54	28,74
Setembro	30,49	28,47
Outubro	31,98	29,30

Fonte: Secret. Com Ext. Minist. Desenvolv. Ind. e Com.

Recentes dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, mostram que apesar do valor da exportação agregada apresentar uma retração de 2,3% nos primeiros quinze dias de novembro em relação a igual período do ano anterior, alguns dos produtos afetados pelo tarifaço têm mostrado um aumento nas suas vendas, como é o caso do café não torrado (+23,3%), carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+54,7%), e, instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores e suas partes (+65,4%).

Embora o resultado da exportação agregada seja positivo e o superávit comercial acumulado no mês de outubro tenha atingido um valor igual a US\$ 52,39 bilhões, este foi 16% menor que o respectivo valor de 2024, refletindo que o aumento das exportações foi menor que o incremento das importações. Isto é, as exportações acumuladas em outubro de 2025 somaram US\$ 289,73 bilhões, valor superior em 1,9% em relação ao respectivo valor de outubro de 2024, enquanto que, o valor das importações acumuladas no mesmo período alcançou a cifra de US\$ 237,4 bilhões, superior em 7,1% ao respectivo valor de outubro de 2024.

Se bem as exportações para Estados Unidos caíram em outubro 37,9% em relação ao respectivo valor de 2024, o setor exportador brasileiro conseguiu diversificar e aumentar as suas vendas para a China, Europa e América do Sul. Segundo publicação da Revista Veja, as exportações com destino à China foram incrementadas em 33,4%; à Europa, o aumento foi de 4,5%; e, para a Argentina, as vendas aumentaram em 5,8%. No mês de outubro, o impulso exportador ocorreu desde os setores da agropecuária e da indústria extrativa, não ocorrendo o próprio com os produtos exportados pela indústria de transformação que apresentaram leve declínio.

Por outro lado, segundo dados do Banco Central, no mês de setembro a balança de transações correntes apresentou um saldo deficitário igual a US\$ 9,8 bilhões, assim, o saldo comercial superavitário alcançado no respectivo mês não conseguiu compensar o desequilíbrio externo negativo. O déficit na balança de serviços equivalentes a US\$ 4,9 bilhões foi menor ao registrado no ano de 2024. De forma parecida, o déficit em renda primária, que incorpora juros, dividendos e lucros, alcançou o valor de US\$ 7,6 bilhões em setembro de 2025, cifra que é 14,1% maior que a registrado em setembro de 2024.

Pelo lado da movimentação de capitais, o investimento externo direto foi de US\$ 10,7 bilhões no mês de setembro, maior em 174% que o registrado no mesmo mês do ano anterior quando alcançou a cifra de US\$ 3,9 bilhões. Já os investimentos em carteira alcançaram um valor positivo igual a US\$ 4,4 bilhões, principalmente em títulos de dívida. Em relação ao estoque de reservas internacionais, até setembro do ano em curso, o valor atingido foi de US\$ 356,6 bilhões, maior em US\$ 5,8 bilhões ao resultado do ano anterior. Isto permite ao Banco Central uma atuação sólida na administração do mercado do câmbio frente a qualquer movimento inesperado nos fluxos de capitais e/ou fluxos comerciais.

Tabela 3. Balança Comercial de Santana do Livramento 2025 e 2024. V. Acumul, US\$ milhões

Mês	Exp. 2025	Imp. 2025	Saldo 2025	Exp. 2024	Imp. 2024	Saldo 2024
Jan.	1,04	0,02	1,02	0,98	0,00	0,98
Fev.	2,14	0,02	2,13	1,99	0,05	1,94
Mar.	3,04	0,11	2,93	2,94	0,17	2,77
Abr.	4,06	0,14	3,93	4,03	0,24	3,80
Mai.	4,91	0,19	4,72	4,68	0,32	4,36
Jun.	5,66	0,24	5,42	5,37	0,34	5,02
Jul.	6,43	0,24	6,19	6,03	0,36	5,67
Ago.	7,12	0,24	6,88	6,48	0,37	6,10
Set.	7,91	0,32	7,59	7,01	0,43	6,58
Out.	9,14	0,32	8,82	7,72	0,49	7,23
Nov.	0	0		8,55	0,50	8,05
Dez.	0	0		9,77	0,53	9,24

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Finalmente, em relação ao setor externo do município de Santana do Livramento, os resultados da sua balança comercial expostos na Tabela 3, acima, mostram que as exportações acumuladas até o mês de outubro de 2025 foram maiores em 18,33% em relação ao respectivo valor de 2024, diferente ao ocorrido com as importações que apresentaram uma queda de 35,12% entre outubro de 2025 e outubro de 2024. Assim, esses resultados contribuíram para que o saldo comercial do município em outubro 2025 seja maior em 21,96% ao resultado do ano anterior, quando comparados os saldos comerciais acumulados até o mês de outubro.

A lã não cardada nem penteada representou o produto mais exportado por Livramento, 48,8% do total exportado. Na sequência ficaram os produtos de padaria e pastelaria, com uma participação de 8,7% no valor exportado, e em terceiro lugar, as plantas vivas e micélios de cogumelos, com uma participação de 8,2% nas exportações.

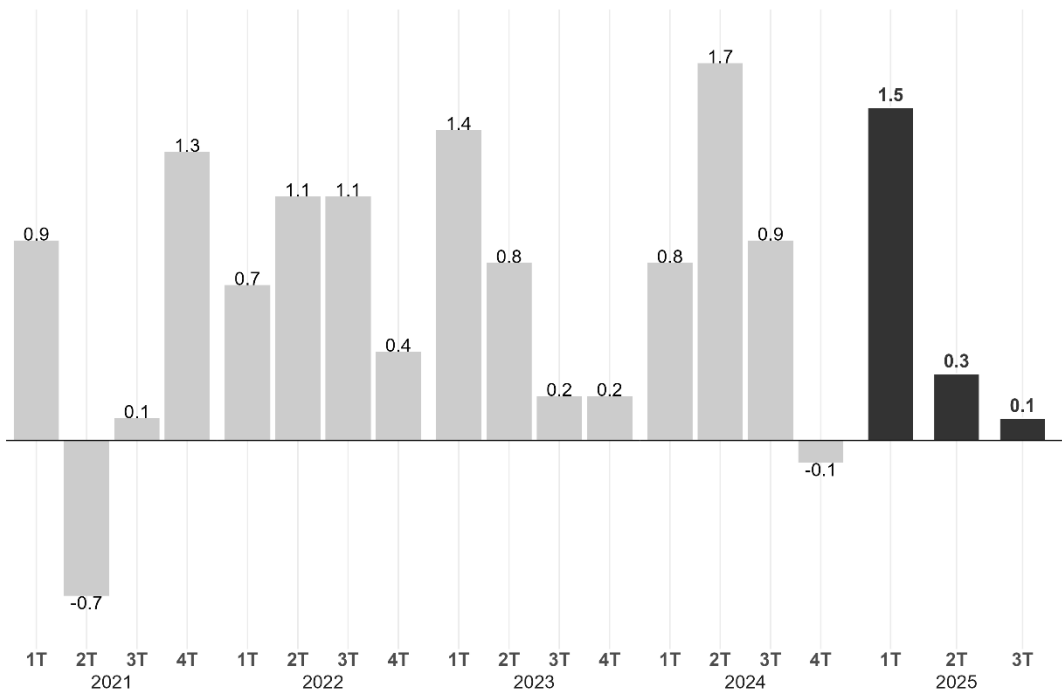
Entre as importações, a maior parte esteve representada pelas sementes, frutos e esporos para sementeira, com 33,6% do total importado até outubro, logo aparecem as compras de máquinas de lavar louça, aparelhos para limpar e secar garrafas, e outras máquinas para encher, rotular, fechar garrafas, bolsas latas, com 8,6% no total importado; e, em terceiro lugar se situam as máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes, aparelhos de gravação ou reprodução de som e imagem, com 8,2%, no total importado.

DESEMPENHO DA ECONOMIA NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025

Felipe Gomes Madruga

O IBGE divulgou nos últimos dias as informações sobre o desempenho da economia brasileira no terceiro trimestre de 2025, onde pode-se confirmar o processo de desaceleração que vem enfrentando a economia nacional. A variação positiva do principal indicador da economia, com 0,1% de variação em relação ao último trimestre, demonstra que a economia vem perdendo fôlego trimestre após trimestre, Figura 1, desempenho certamente influenciado pelo resultado quase nulo do setor de serviços e da agropecuária, Tabela 1, setores que apresentam importância ainda alta na economia brasileira, a ponto de um desempenho tímido dos mesmos puxar para baixo o desempenho da oferta como um todo.

Figura 1 - Evolução trimestral do PIB brasileiro Variação percentual do trimestre contra trimestre imediatamente anterior



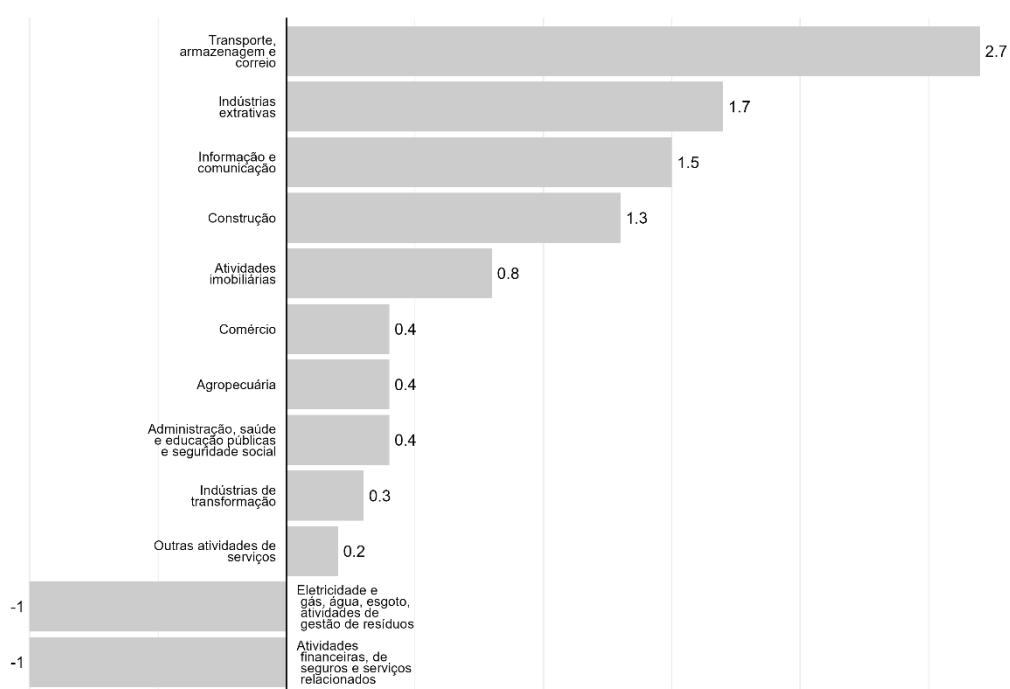
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Tabela 1: Desagregação dos resultados do PIB

	Variação % – Trimestre contra trimestre imediatamente anterior
PIB – Ótica da Oferta	0,1
Agropecuária	0,4
Indústria	0,8
Serviços	0,1
PIB – Ótica da Demanda	0,1
Consumo das Famílias	0,1
Consumo do Governo	1,3
Investimento	0,9
Exportações	3,3
Importações	0,3

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Em termos desagregados, apenas dois setores apresentaram um desempenho negativo no primeiro semestre, Figura 2, ambos com desempenho negativo de 1%, em um trimestre cujos desempenho de importantes setores tendeu a ser quase nulo. No lado positivo, a agropecuária teve um desempenho tímido, com resultado de 0,4%, o que pode ser explicado pela instabilidade dos mercados no período frente as dúvidas provocadas pela imposição de tarifas sobre produtos nacionais por parte dos Estados Unidos. O bom desempenho do setor de transporte e armazenagem foi a grande surpresa do trimestre, com avanço de quase 3 pontos percentuais, bem à frente dos grupos que se destacaram positivamente no trimestre.

Figura 2 - Evolução do PIB por subsectores no Primeiro Semestre de 2025 Variação percentual do trimestre contra trimestre imediatamente anterior

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Pela ótica da demanda, o destaque ficou para o avanço no consumo do governo, 1,3% frente ao trimestre imediatamente anterior, muito acima do consumo privado, seja das famílias, 0,1, seja o consumo de bens de capital para investimento, 0,9. A força por parte do consumo do governo parece refletir uma visão por parte da administração federal na qual o ajuste deve ser feito via arrecadação, e não corte nos gastos, o que implica que o governo ainda poderá contribuir positivamente sobre a demanda em trimestres futuros, principalmente em 2026, ano de eleições. O consumo das famílias, reflete em parte um cenário nacional ainda de inflação alta e persistente, principalmente no grupo de alimentos, o que exige juros nominais ainda elevados por parte da autoridade monetária, desestimulando esse componente da demanda agregada, com reflexos similares também sobre o consumo das firmas na forma de investimentos. Nos demais componentes, o avanço positivo das exportações, vis a vis as importações, demonstra que o país conseguiu de certa maneira contornar os efeitos do tarifaço americano ao diversificar mercados.

Nesta edição apresentaremos os dados sobre emprego e rendimento para o segundo e terceiro trimestre de 2025. O mercado de trabalho se manteve aquecido no segundo trimestre, seguindo o ritmo do primeiro trimestre como apresentado na edição anterior, ocorrendo uma redução do ritmo de expansão do emprego no terceiro trimestre, tanto em âmbito nacional quanto regional.

O texto desta seção traz a análise de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Brasil, Rio Grande do Sul e do município de Santana do Livramento. Para a análise da conjuntura nacional e estadual utilizamos as estimativas sobre desocupação e rendimento da PNAD Contínua do IBGE e para a análise do emprego no município de Santana do Livramento. São apresentados os dados do Novo CAGED, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se restringindo ao mercado de trabalho formal.

Mesmo em um cenário de taxa de juros elevada e redução do crescimento da atividade econômica, o mercado de trabalho brasileiro mostrou resiliência em 2025. A taxa de desocupação, manteve a tendência de queda do ano de 2024 e do primeiro trimestre de 2025 como mostra o Gráfico 1. Os dados da PNAD Contínua mostram que o indicador chegou ao seu patamar mínimo nos últimos dois anos, com o valor aproximado de 5,7% em julho, considerando os dados dessazonalizados¹⁵. Esse também é o valor mais baixo da série histórica, iniciada em 2012.

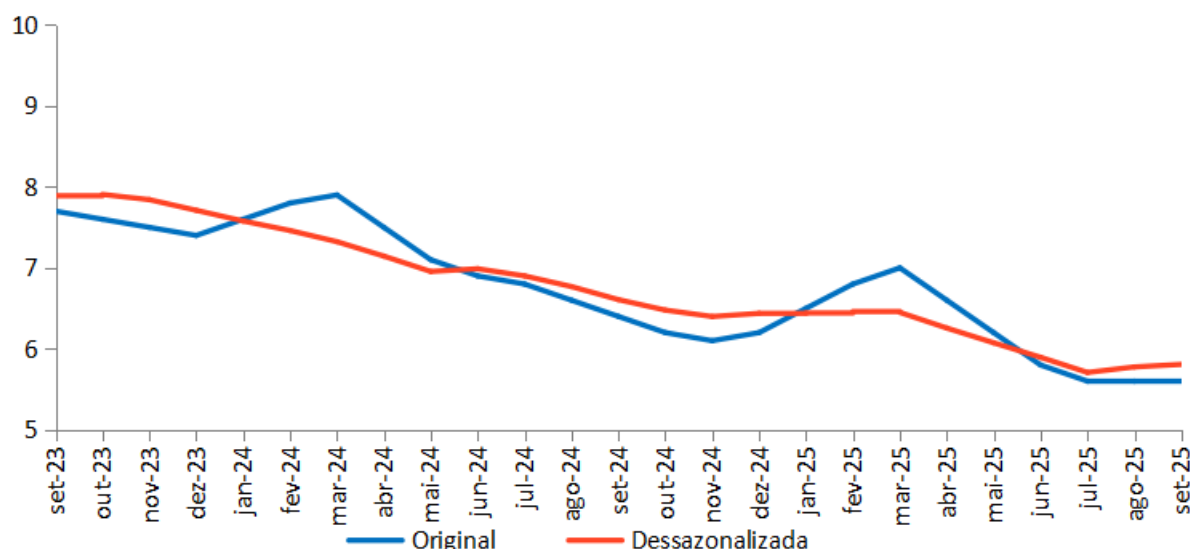
Ao final do primeiro trimestre de 2025, em março, a taxa de desocupação foi de 6,4%. Durante o segundo trimestre, a taxa passou para 6,3% em abril e 6,1% e 5,9% em abril e maio respectivamente. Já no terceiro trimestre, esse valor passou para 5,7%, menor valor histórico, em julho, mas apresentou um leve aumento nos meses seguintes, passando para aproximadamente 5,8% em agosto e setembro, na série dessazonalizada.

Esse movimento representou uma queda de 0,6 p.p. da taxa entre o final do primeiro trimestre e o final do terceiro trimestre. Na comparação interanual, ao final do segundo trimestre em junho a taxa de desocupação era 1,1 p.p. mais baixa que no mesmo mês do ano de 2024. Em

¹⁵ A dessazonalização dos dados foi realizada através do método x13-ARIMA-Seats (US Census Bureau, 2015). Este procedimento é utilizado para corrigir a série e contornar os efeitos característicos de alguns períodos do ano, como no final do ano em que o mercado está em alta, ou no período seguinte quando há uma queda nas contratações, por exemplo.

setembro, ao final do terceiro trimestre, mesmo com o leve aumento da taxa, na comparação com o mesmo período do ano anterior, seu valor se reduziu em 0,8 p.p.

Gráfico 1 - Taxa de Desocupação (%) para o Brasil, 2023-2025



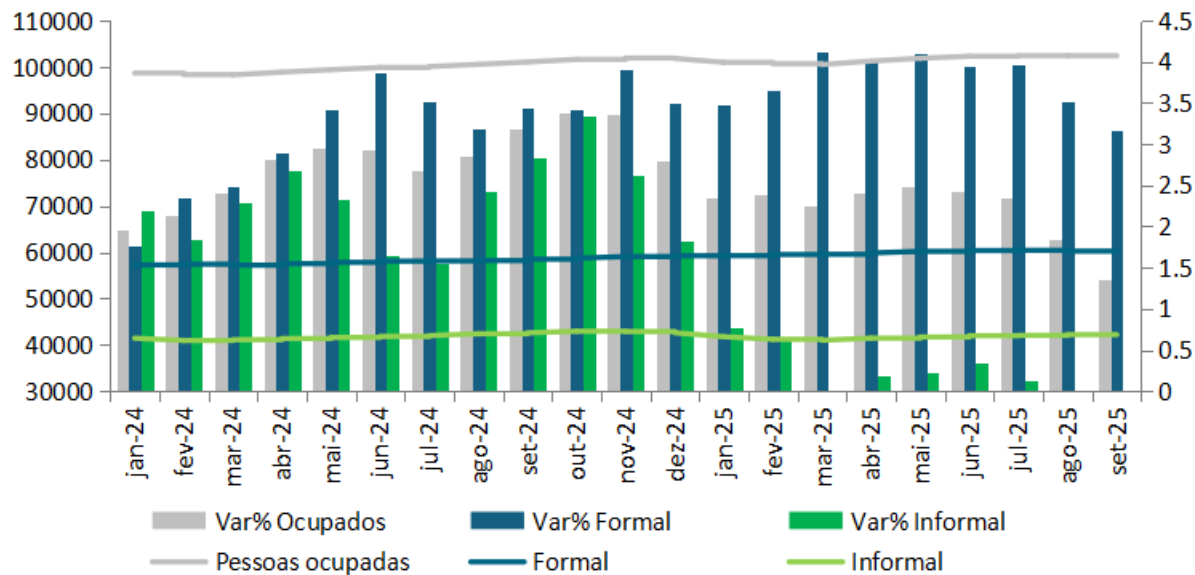
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata)

O aumento da população ocupada foi um dos principais fatores para a redução da taxa de desocupação. Esse crescimento do número de pessoas ocupadas vem ocorrendo desde o primeiro trimestre do ano chegando à 102,4 milhões de pessoas empregadas em julho e se mantendo nesse valor aproximado ao longo de todo terceiro trimestre. O Gráfico 2 apresenta esses resultados entre 2024 e 2025, os valores totais estão representados nas linhas e a variação nas barras. No segundo trimestre ocorreu o maior crescimento, em todos os meses do período o número de pessoas ocupadas aumentou por volta de 2,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. Apesar desse crescimento houve uma queda de ritmo ao longo de 2025 e em comparação ao crescimento do ano anterior, principalmente no terceiro trimestre. Em certa medida essa desaceleração é esperada já que a taxa de desocupação atingiu níveis mínimos históricos.

O crescimento do setor formal foi preponderante em 2025, havendo até uma redução de trabalhadores no setor informal durante o terceiro trimestre. No segundo trimestre o país atingiu a marca aproximada de 60 milhões de pessoas ocupadas no setor formal, em junho esse número foi 3,9% maior do que no mesmo período do ano anterior, enquanto para o setor informal esse crescimento foi de apenas 0,35%. Em setembro, a quantidade de pessoas ocupadas no trabalho formal foi 3,2% maior em relação ao mesmo mês de 2024 e no setor formal houve uma redução de 1,11%. Como apresentado na edição anterior, em 2025 a composição da força de trabalho

ocupada entre setor formal e informal chegou a 59% dos trabalhadores empregados no setor formal e 41% no setor informal, mantendo-se assim ao longo de todo o ano.

Gráfico 2 – Número de pessoas ocupadas total e por vínculo (em 1000) e variação interanual (em %) para o Brasil, 2024 - 2025¹⁶



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata)

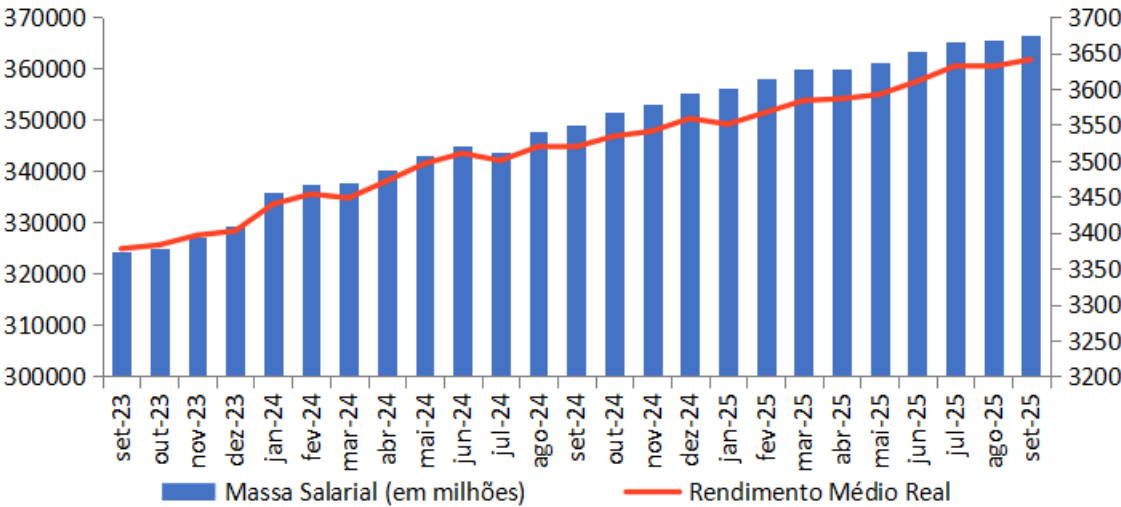
Além da expansão da população ocupada, o rendimento¹⁷ médio real também manteve seu crescimento em 2025 ainda que em ritmo menor do que em 2024. No Gráfico 3 podemos ver os dados da PNAD Contínua sobre rendimento médio e da massa salarial, que apresentaram aumento contínuo em 2025. O rendimento médio chegou ao maior patamar da série histórica dessazonalizada em setembro, com o valor aproximado de R\$ 3.641,00. Na comparação interanual, ao final do segundo trimestre em junho esse indicador era 2,9% maior do que no mesmo período do ano passado e no final do terceiro trimestre era 3,5% maior do que em setembro de 2024. Puxada por esse aumento dos rendimentos, a massa salarial¹⁸ apresentou uma expansão contínua ao longo de 2025, também chegando a sua máxima histórica em setembro, com o valor aproximado de R\$ 366.406,00 milhões.

¹⁶ Para a definição de formal e informal é utilizada a classificação por vínculo da própria PNADc. Formal: empregado no setor privado com carteira, doméstico com carteira, empregado no setor público com carteira, estatutário e militar, conta própria com CNPJ e empregador com CNPJ. Informal: empregado no setor privado sem carteira, doméstico sem carteira, empregado no setor público sem carteira, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhador auxiliar familiar.

¹⁷ O rendimento considerado é o rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos por, deflacionados pelo IPCA do penúltimo mês da série.

¹⁸ A massa salarial é a soma dos rendimentos brutos, em valores reais, efetivamente recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da PNADc.

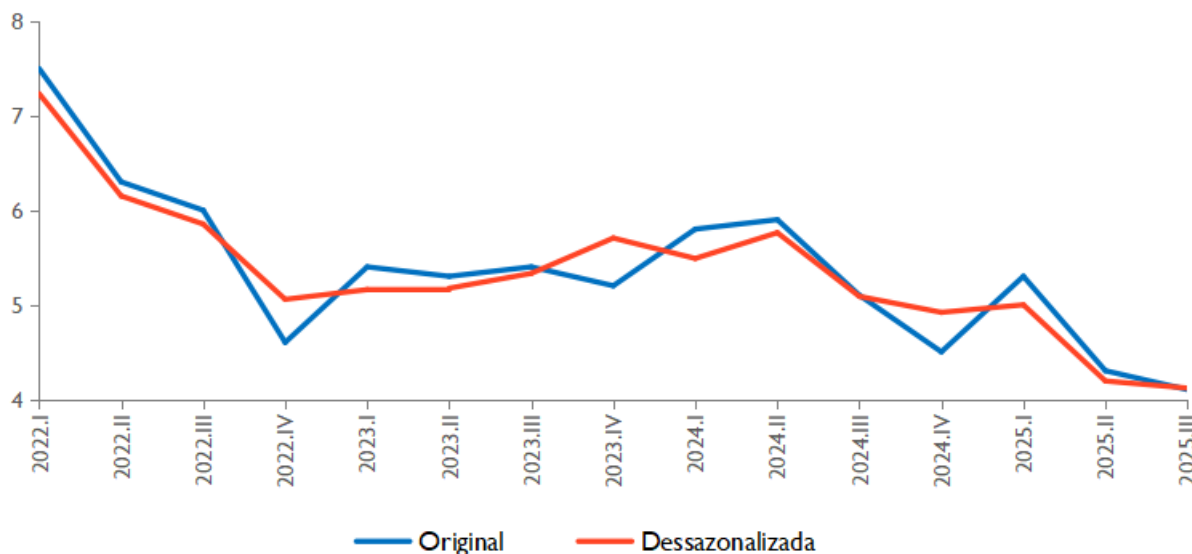
Gráfico 3 - Massa de rendimento real e rendimento real médio dessazonalizados para o Brasil, 2023 - 2025



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata)

Para o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, a taxa de desocupação seguiu o padrão de redução do cenário nacional e manteve a tendência de queda apresentada em 2024, como demonstra o Gráfico 4. Apesar do leve aumento da taxa no primeiro trimestre de 2025 em relação ao último trimestre do ano passado, no segundo e terceiro trimestre o indicador voltou a cair chegando a 4,2% e 4,1%, respectivamente. Um patamar abaixo da taxa de desocupação para o Brasil e o resultado do terceiro trimestre é o menor valor de toda série histórica dessazonalizada. Na comparação interanual, a taxa de desocupação do mercado de trabalho gaúcho foi 1,6 p.p. menor no segundo trimestre em relação ao mesmo período no ano anterior e 1 p.p. menor no terceiro trimestre em relação ao mesmo trimestre de 2024.

Gráfico 4 - Taxa de Desocupação (%) para o Rio Grande do Sul, 2022-2025



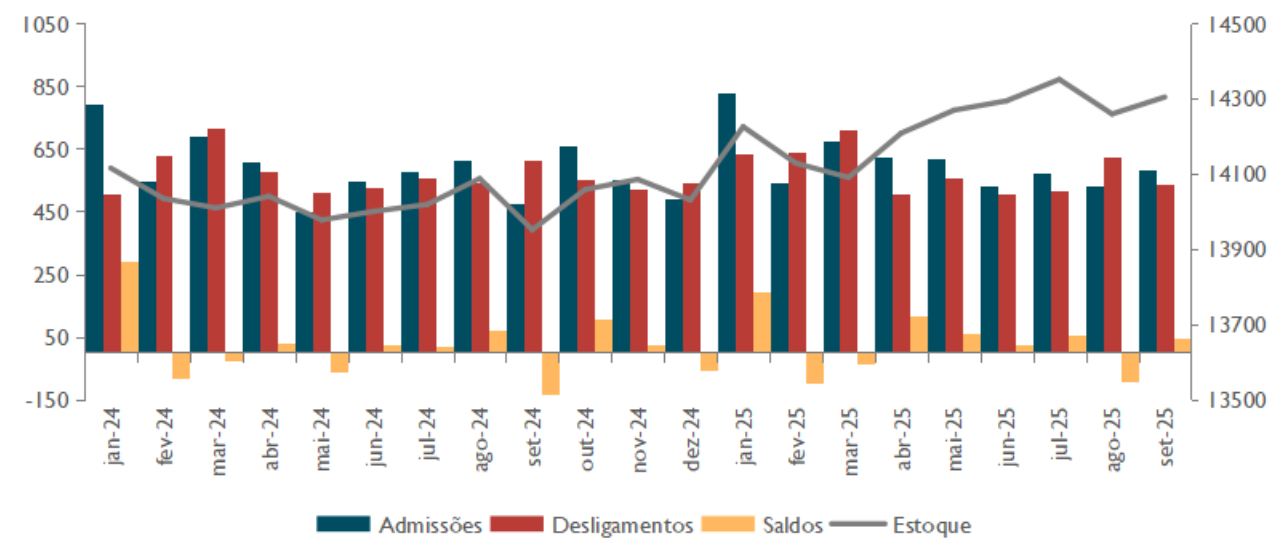
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE

A nível ainda mais regionalizado, o mercado de trabalho no município de Santana do Livramento também apresenta um ritmo de crescimento do emprego formal com a expansão do estoque de trabalhadores empregados ao longo do ano de 2025. Para esta análise dispomos apenas dos registros no mercado formal, a partir dos dados do Novo Caged¹⁹, já que os dados sobre desocupação da PNAD contínua não são disponibilizados ao nível dos municípios. O Gráfico 5 apresenta o número de admissões, desligamentos e os saldo para cada mês entre 2024 e 2025, a linha representa o total de trabalhadores empregados no setor formal do município.

Em 2025, ao longo do segundo e terceiro trimestre ocorrem mais admissões do que desligamentos gerando um saldo positivo em todos os meses dos períodos, com exceção de agosto. Esse crescimento representou um aumento do número de trabalhadores empregados em postos de trabalho formais. O estoque chegou ao maior patamar em julho, com 14351 trabalhadores, valor 2,4% maior do que no mesmo mês do ano anterior. Mesmo com uma pequena redução no estoque em agosto e setembro, na comparação interanual, todos os meses do ano apresentaram crescimento, principalmente durante o segundo e terceiro trimestre. Em setembro, final do terceiro trimestre, o número de trabalhadores no setor formal era 2,5% maior do que no mesmo mês do ano anterior.

¹⁹ Os dados do Novo CAGED são obtidos a partir dos registros de admissões e desligamentos realizados pelas próprias empresas no E-Social, os dados utilizados aqui, são os dados com ajustes, isto quer dizer que consideram as declarações entregues fora do prazo e contabilizados posteriormente, por isso pode haver divergências quando aos resultados apresentados em outras edições desta publicação.

Gráfico 5 – Admissões, desligamentos e estoque de trabalhadores em Santana do Livramento, 2024-2025



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Novo CAGED (MTE)